



## VALORIZAÇÃO

Carreira atrativa • Horários adequados  
Concursos por graduação • Apoios para todos  
Aposentação justa • Gestão democrática



# PODÍAMOS SER NÓS! PODIAM SER OS NOSSOS FILHOS!

Ontem comemorou-se o Dia Mundial do Professor, que é uma forma de valorizar não só esta profissão, mas o papel essencial da educação no desenvolvimento pessoal, social e civilizacional. Na Palestina, apesar de todas as dificuldades, ao longo dos 76 anos de ocupação e *apartheid* que procuram privar um povo da sua ancestralidade, este nunca abdicou da escolarização das suas crianças e jovens.

A educação constituiu-se como ferramenta fundamental para reverter o deslocamento e a desapropriação, tanto individual como coletivamente, fazendo do seu povo um dos mais instruídos do mundo – em 2022, a taxa de literacia era de 98% na Faixa de Gaza e em toda a Palestina.

Na Palestina (e, permitam-me a opinião, em todo o mundo), aprender e ensinar são atos de resistência.

No entanto, ontem, na Palestina, não se pôde comemorar o Dia Mundial do Professor. Desde 6 de novembro de 2023, na sequência de ataques israelitas, foi suspenso o ano escolar. Desde essa data, foram mortos mais de 40 mil palestinianos, dos quais se estimam, pelo menos, 15 mil crianças, e mais de 95 mil ficaram feridos e mutilados – uma grande parte dos quais são crianças. Todas as 12 universidades de Gaza foram bombardeadas e estão total ou parcialmente destruídas. Mais de 80% das escolas requerem reconstrução total ou parcial. Quase 10 mil estudantes e mais de 400 professores e educadores foram mortos.

Constata-se que há um padrão de ataque sistemático do exército israelita a escolas, universidades, professores e estudantes na Faixa de Gaza. Nenhum dos danos causados a estas crianças e jovens pode ser considerado dano colateral. Se o fizermos, estamos a negar a nossa própria humanidade. É razoável perguntar, como fizeram, em abril deste ano, os peritos da ONU, se existe



um esforço intencional para destruir de forma abrangente o sistema educativo palestiniano, e hipotecar, assim, não só o seu presente, mas também o seu futuro.

Neste contexto, o Sindicato dos Professores do Norte afirma que o direito à vida, à infância e à educação não pode estar reservado só a alguns. Podíamos ser nós! Podiam ser os nossos filhos! Não há povos de primeira e povos de segunda!

O Sindicato dos Professores do Norte apela ao fim destes ataques brutais e ao cumprimento do direito internacional, de acordo com as orientações da ONU, nomeadamente pelo Estado Português.

Pelo fim do apoio ao armamento do Estado de Israel, pelo fim do silenciamento do massacre a que o povo palestino está a ser sujeito, Palestina vencerá!

*(Intervenção em nome da direção do SPN,  
na manifestação de solidariedade pela Palestina, no Porto,  
no dia 6 de outubro de 2024)*

**MC/SN**

## Ficha técnica

**Diretora:** Manuela Mendonça (MM)

**Vice-diretores:** Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC)

**Editor:** Rogério Ribeiro (RR)

**Conselho de Redação:** Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD) e Susana Nogueira (SN)

**Colaboraram nesta edição:** Abel Macedo (AM), Ana Aguiar (AA), Cláudio Moreira (CM), Cristina Nogueira (CN), Helder Maia (HM), Manuela Silva (MS), Nuno Fadigas (NF), Ondina Maia (OM)

**Fotografia:** Henrique Borges (incluindo a capa)

**Cartazes:** Miguel Ângelo

**Paginação e impressão:** Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

**Propriedade:** Sindicato dos Professores do Norte (SPN)

**Redação e Administração:** Rua D. Manuel II, 51/C - 3.º · 4050-345 Porto  
**Tel.:** 226 070 500 • **E-mail** spninfo@spn.pt • **Site** http://www.spn.pt

**Tiragem média:** 1500 exemplares

**Registo no ICS:** 109963

**Depósito legal** 238855/06

Distribuição gratuita aos sócios do SPN

# PROSSEGUIR A LUTA

A 28 de maio, os sócios do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) elegeram os Corpos Gerentes para 2024-2027: a Mesa da Assembleia-Geral, presidida por Manuela Silva; o Conselho Fiscal e de Jurisdição, presidido por Ana Aguiar; e a Direção, coordenada por Francisco Gonçalves e José Manuel Costa, a cargo de quem ficarão os editoriais seguintes desta revista. Foram ainda eleitas as seis Direções Distritais (Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real). Tendo a maioria dos membros eleitos da Direção Distrital de Vila Real decidido não assumir o mandato, torna-se necessário proceder, nos termos estatutários, à repetição do ato eleitoral no distrito de Vila Real. Assim, este número da SPN/Informação divulga a única lista candidata e o respetivo programa, as mesas de voto, e um texto de apelo aos associados do distrito de Vila Real para que participem na votação.

Tendo a atual Direção elementos pertencentes às três listas candidatas às últimas eleições, todos com a mesma legitimidade democrática, é agora tempo de ultrapassar divisões e concentrar o melhor da energia de cada um e de cada uma, no trabalho deste coletivo, em prol do SPN e das suas causas. O resultado eleitoral, qualquer que fosse, teria como consequência o afastamento da Direção de um conjunto de quadros sindicais, alguns dirigentes do SPN há muitos anos. Agradecendo aos que cessaram funções o seu contributo para o reforço do SPN e da Fenprof, importa que o Sindicato possa continuar a contar com todos, os eleitos e os não eleitos, na luta pela dignificação da profissão docente e pela valorização da escola pública e da qualidade da educação que ela deve assegurar.

No ano em que comemoramos 50 anos do 25 de Abril — a revolução que pôs fim a um regime fascista em que a educação era privilégio de alguns —, devemos afirmar o direito universal à educação como uma das maiores conquistas da nossa democracia e reafirmar que esse direito só está garantido com educadores e professores qualificados e valorizados. Como a Internacional da Educação (IE) tem vindo a sublinhar, a alarmante falta de professores a nível mundial ameaça o direito à educação de milhões de estudantes, agrava desigualdades e discriminações e compromete o desenvolvimento social e económico a longo prazo das comunidades e das nações.

É neste contexto que ganham relevância acrescida as recomendações do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Profissão Docente. Incluídas nessas recomendações, estão questões como:

- o reconhecimento claro de que a falta de professores só será revertida se houver vontade política para resolver problemas como os vencimentos não competitivos, cargas de trabalho inoportáveis, condições de trabalho inadequadas e práticas laborais precárias;



**Manuela Mendonça**  
Diretora da SPN/Informação

- a necessidade de um financiamento adequado e previsível do ensino público, um investimento de, pelo menos, 6% do PIB para a educação;
- o apelo aos governos para que garantam que os professores e as suas organizações são chamados a participar no diálogo social e na negociação coletiva e que este quadro de colaboração é o principal meio para desenvolver políticas na área da educação, do ensino e da profissão docente.

Também a Unesco, a Unicef, a OIT e a IE, ao escolherem como lema para o Dia Mundial do Professor/2024, *Valorizar a voz dos professores*, vêm realçar o papel fulcral do diálogo social com os sindicatos de professores, a nossa voz coletiva, na elaboração das políticas educativas. Algo que a Fenprof não deixará de lembrar na discussão do OE/2025, na revisão do Estatuto da Carreira Docente ou na anunciada alteração do regime de autonomia e gestão das escolas.

É tempo de os decisores políticos reconhecerem que devem ser a experiência e o saber dos professores a enformar e a desenhar as políticas que os afetam. Nada sobre os professores, sem os professores. Lutemos por isso!



# SINDICALISMO, UMA FORÇA QUE CONTA!

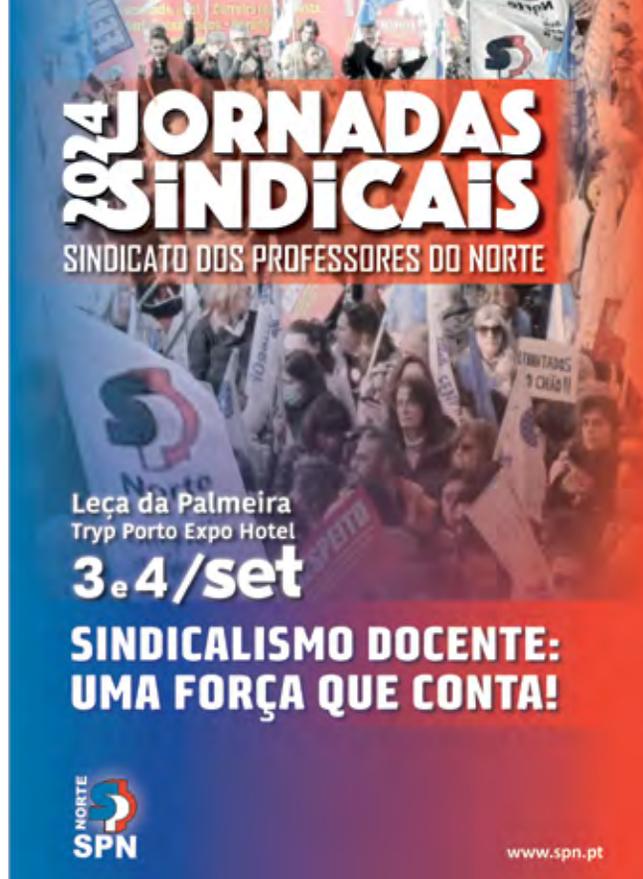
Pensadas para serem uma espécie de *rentrée* sindical, um espaço de reflexão e de convívio entre delegados e dirigentes sindicais que se encontram, debatem, definem e delineiam, no início do ano letivo, as traves-mestras da ação sindical a desenvolver, as Jornadas Sindicais, este ano, realizaram-se nos dias 3 e 4 de setembro, em Leça da Palmeira, e contaram com a participação de perto de uma centena de delegados e dirigentes sindicais.

As Jornadas Sindicais já comportaram diferentes conceções e múltiplos formatos organizativos. Este ano, de certa forma, voltaram ao seu formato original. E, fruto de um processo eleitoral que conduziu o Sindicato a uma profunda reestruturação, com um conjunto alargado de novos dirigentes, entendeu a direção que a temática deveria versar a organização e funcionamento do próprio Sindicato. Daí o tema das jornadas assentar no próprio lema do Sindicato: *Sindicalismo, uma força que conta!*

Foi este o *chapéu* que albergou as muitas intervenções dos participantes, num esquema organizativo que apelava, claramente, a uma participação efetiva e produtiva de todos — primeiro em plenário, depois em grupos temáticos e, novamente, em plenário. Assim, durante dois dias, refletiu-se sobre a história do Sindicato (e também da Fenprof); lembrou-se o papel fundamental dos *grupos de estudo* na fundação dos sindicatos (conquista de Abril); recordaram-se os primeiros tempos do Sindicato a Norte e, mais tarde, a necessidade da criação de uma nova *força que contasse*, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN); recordou-se John Dewey e a necessidade de os docentes se unirem em torno de um Sindicato; identificaram-se as vitórias conseguidas por ação dos sindicatos ao longo do tempo; caracterizou-se o Sindicato que somos, através da análise do movimento de sócios; identificou-se a matriz da intervenção sindical do SPN, que assenta na ideia de que *tudo o que diz respeito à educação, diz respeito ao Sindicato*; avaliou-se a perceção que os novos corpos gerentes têm do funcionamento de cada setor e/ou departamento do Sindicato e perspetivou-se muito do que deverá ser o Sindicato no futuro, numa busca incessante dos interesses dos educadores, professores e investigadores.

## O clima de simpatia e a falta de professores

As boas-vindas foram dadas por Nuno Fadigas e Cristina Nogueira, ambos do Departamento da Formação do Sindicato. Depois da passagem de um registo fotográfico sobre os 42 anos do SPN (da autoria de Ricardo Cardoso e Rogério Ribeiro), Fran-



cisco Gonçalves avançou com algumas considerações em jeito de análise político-sindical do momento, reconhecendo a existência de um certo clima de simpatia que o governo mantém junto dos docentes, devido, naturalmente, ao início da recuperação do tempo de serviço, uma importante vitória dos educadores e dos professores num processo de luta exemplar! Um clima que parece prolongar-se com a redução significativa da taxa de IRS, em setembro e outubro. No entanto, tal como a Fenprof denunciou em conferência de imprensa, aquando do início do ano escolar, mais de cem mil alunos não teriam todos os professores se as aulas começassem em 1 de setembro. Tampouco tiveram em 12 de setembro. Para este problema, quiçá o mais importante do sistema educativo português, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) continua com medidas avulsas, voluntaristas e de mitigação, em vez de valorizar a profissão. Desiluda-se o ministro da Educação — não é com medidas como o recurso a professores aposentados, concursos ou horas extraordinárias que se resolverá a falta de professores.

## O aparecimento e desenvolvimento do sindicalismo docente

Manuela Silva, oradora que se seguiu, deu uma autêntica aula de história de sindicalismo docente, recordando o movimento associativo da 1.<sup>a</sup> República, os sindicatos corporativos, os últimos e decrépitos anos da ditadura fascista, os *grupos de estudo* (associações pró-sindicais de classe que constituíram os embriões dos sindicatos de professores) e, finalmente, os sindicatos livres (criados após o 25 de Abril). Curiosamente, *Sindicato dos Professores do Norte* foi a denominação do primeiro sindicato de professores a ser criado a nível nacional, em 30 de abril de 1974, o que possibilitou marcar presença com um pano comemorativo, no lendário 1.º de Maio desse ano, no Porto. E porque, com os tempos, a estrutura sindical radicada a norte foi definindo, colocando em marcha um sindicalismo reformista, que funcionava como uma espécie de almofada do poder político, quer nos



processos reivindicativos, quer na sua ação político-sindical, os professores, descontentes, sentiram a necessidade de criar um sindicato “onde todos e cada um se reconheçam e participem, num clima tolerante e democrático que respeite os direitos e opiniões dos professores”. Estava lançada a semente do SPN que, em 17 e 18 de novembro de 1982, na sua assembleia eleitoral constituinte, contou com a participação de mais de 5000 educadores e professores que votaram favoravelmente a constituição de um novo sindicato — o Sindicato dos Professores do Norte. A Fenprof seria fundada em 30 de abril de 1983.

### **Do orgulho de pertencer ao Sindicato às conquistas na Educação**

O Sindicato é uma “organização de trabalho agressiva”, representa “todos os interesses que os professores têm em comum” e, ao fazê-lo, protege “contra todos os interesses externos”, que “reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. Quem o disse foi John Dewey e quem o recordou foi Manuela Mendonça, na sua intervenção. E se não houvesse sindicatos? “Basta colocarmos a questão para saber que estaríamos a contemplar uma grande tragédia!”.

Depois, baseado no livro «Educação e Sindicalismo docente», a oradora elencou algumas lutas que se traduziram em vitórias dos educadores e professores: Lei de Bases do Sistema Educativo, Estatuto da Carreira Docente, Candidatura ao 8.º escalão, luta contra a Lei de Bases da Educação (David Justino), contra o ‘ECD do ME’ (Lurdes Rodrigues), luta contra a austeridade e a reforma do Estado (Nuno Crato), marcha em defesa da escola pública (no 1.º governo de António Costa) e, ainda, a recuperação do tempo de serviço.

Terminou a sua intervenção fazendo referência a algumas do vasto leque de campanhas e atividades em torno de uma série de prioridades desenvolvidas pela Internacional da Educação (IE), organização que a Fenprof integra desde a fundação (1993) e que é a maior federação sindical do mundo, no setor da educação, representando atualmente mais de 32 milhões de trabalhadores, em 178 países e territórios.

### **Caracterização do Sindicato que somos**

O conjunto de intervenções ficaria concluído, antes do debate, com José Manuel Costa, que abordou a problemática da sindicalização. Recorrendo a múltiplos mapas elucidativos e gráficos descritivos, usando uma categorização rigorosa, detalhada e diversificada, desfiou diferentes perspetivas de análise e avançou possíveis pistas interpretativas dos dados apresentados. No

essencial, o Sindicato encontra-se numa situação estável, economicamente sustentável, mas, naturalmente, com uma larga margem de crescimento. A sua composição, quer por setor, idade, distribuição geográfica ou de género acompanha, muito de perto, a realidade existente na classe.

## **EM TORNO DAS CONCLUSÕES DO TRABALHO EM GRUPO**

Da parte da tarde (3/set), os trabalhos decorreram em pequenos grupos (5), formados de forma aleatória, com o máximo de 20 participantes cada. As conclusões vieram no dia seguinte, cabendo, agora, aos responsáveis de cada área promover momentos de análise e estratégias de desenvolvimento das propostas apresentadas, no sentido de melhorar o trabalho sindical. Isto, porque só faz sentido apelar à participação se os participantes sentirem que o seu contributo é tido em conta e que, de alguma forma, é refletido na vida do Sindicato.

Tal como era esperado, o resultado foi diversificado e, por vezes, inesperado. É certo que muitas das propostas não são de todo inovadoras, nem era esperado que fossem, mas refletem preocupações dos presentes.

### **Ação reivindicativa**

Embora por vezes por razões diferentes, há um grupo de temáticas que mereceram referência em todos os grupos, como, por exemplo, a gestão escolar, a avaliação de desempenho, os horários e as condições de trabalho, os concursos e as mobilidades, a precariedade (no ensino superior, no ensino particular e cooperativo, e, também, no ensino público), as questões curriculares, a valorização do vencimento e remunerações ou a carreira docente, cuja deterioração da estrutura faz com que, neste momento, o que é difícil é encontrar “duas pessoas com o mesmo tempo de serviço, no mesmo escalão”. Assim, na negociação do estatuto da carreira docente, “importa defender a carreira única”. *Curioso...*

Mas muitas outras matérias preocupam os docentes, como é o problema da falta de professores e do caminho escolhido pelo MECI para a sua supressão, baseado no esforço voluntário dos professores, quer através de horas extras ou dos professores aposentados. Mas há mais. Muito mais: as ultrapassagens, a falta de transparência nas ofertas de emprego, as questões dúbias e nunca esclarecidas do IEFP, a aplicação dos artigos 79.º e 82.º do ECD, a falta de uma resposta pública das creches, o reinscrição na CGA, as questões dos aposentados e da ADSE, os excluídos da recuperação do tempo de serviço, o *burnout*, a monodocência (na sua vertente horária e de redução da componente letiva), o intervalo / pausa no 1.º CEB, a municipalização, o modelo de atividades de enriquecimento curricular, a reposição das aulas no ensino profissional, o excesso de tarefas burocráticas... O problema desta, como de qualquer outra elencagem, é que é sempre deficitária!

## Ação Sindical

No que toca à ação sindical, também é mais o que une os grupos do que aquilo que os separa. A base é a mesma: ouvir os professores! Saber dos seus interesses, necessidades e expectativas. E, para isso, só há um caminho: o trabalho de escola, a realização de reuniões formais, informais ou simples visitas às escolas. Que ninguém duvide: nada substitui o sindicalismo de proximidade. Assim, importa valorizar o papel do primeiro dirigente do Sindicato — o delegado sindical. Num momento em que, muitas vezes, e em muitas escolas, grassa o medo de intimidações, ameaças ou represálias, e se calhar, até por isso mesmo, é fundamental eleger, apoiar, informar e assegurar a sua formação sindical. Há que valorizar o papel dos delegados e os núcleos sindicais. E há até quem tenha proposto que nesses núcleos possam participar não sócios ou sócios de outras estruturas sindicais...

Debates sobre os direitos sindicais, formação sindical, formação de cariz político-sindical foram outras preocupações expressas. Mas também a divulgação das conquistas sindicais. Há, segundo alguns, uma tendência para o Sindicato não valorizar o muito que se tem conseguido com a luta dos educadores e dos professores. Esses entendem que é pela positiva que se ganham os professores para a causa sindical, se renovam os quadros e que o Sindicato se manifesta útil e adquire mais prestígio.

## Apoio a sócios/contencioso

A primeira palavra foi de apreço para o trabalho que o departamento jurídico tem desenvolvido, granjeando, junto dos educadores e dos professores, uma imagem confiável e de respeitabilidade. Os professores “sabem muito bem a quem recorrer quando têm um problema”. No sentido da melhoria do serviço prestado, foram adiantadas algumas ideias, como a reativação do pré-contencioso, que deverá ser da responsabilidade de um dirigente, evitando, assim, a sobrecarga de trabalho por parte dos advogados. Outra ideia deixada foi a de alargar as reuniões do Apoio a Sócios a todos os dirigentes com responsabilidades sindicais. Mais uma ideia — durante uma parte do dia, garantir a presença de um advogado nas delegações, com aviso prévio. Uma experiência que já foi tentada, com resultados muito satisfatórios. Haja disponibilidade, que boas ideias não faltam!

## Informação

Promessa eleitoral, a reativação da periodicidade da revista «SPN/Informação» foi um dos denominadores comuns a todos os grupos. Outro denominador: o desejo de explorar e ampliar a participação do Sindicato nas redes sociais (especialmente, no *whatsapp*), mas de forma unidirecional, com o objetivo de evitar excessos de linguagem ou de outro tipo. O digital deverá ser trabalhado, essencialmente como complemento informativo, pois o principal continua a ser o contacto direto com os professores. Importa, por isso, produzir materiais claros, sucintos, atrativos e devidamente dimensionados para os placares existentes nas escolas. No que toca à gestão dos placares, talvez não seja má ideia (re)lembrar a alguns diretores o que a lei consagra.

Outra vertente a florada foi a do envio de informação aos sócios, com uma preocupação à cabeça – a uniformização da informação. É fundamental que o Sindicato fale a uma só voz. A informação deve ser direcionada. Já agora, um trabalho de atualização dos mails dos associados também era bem-vindo. A última

palavra vai para o *site* do SPN ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)) que “tem conteúdo, está atualizado” e “é consultado por muita gente, em todo o país, mesmo por aqueles que são de outros sindicatos, digo-vos eu, que tenho percorrido o país de lés-a-lés”.

## Organização

No domínio da organização, a aposta deverá ser na recuperação de sócios e trabalhar o vasto campo de sindicalização possível. Para isso, embora não seja consensual, uma campanha de sindicalização não foi vista com maus olhos, até porque já há trabalho feito nesse domínio. Importa, agora, aprofundá-lo. Os contactos anunciados com as escolas não devem esquecer esta dimensão e deverão ser orientados também para a sindicalização. Outra ideia que surgiu foi a de desenvolver campanhas de sindicalização direcionadas, para um determinado setor ou grupo, com particular referência nos professores aposentados.

Sem ser exclusiva desta área, foi aqui que surgiu a ideia de desenvolver trabalho informativo e esclarecedor com a sociedade em geral, e com a comunidade educativa em particular, que poderá ser feito através da distribuição de comunicados e panfletos explicativos, bancas de informação, recolhas de abaixo-assinados ou difusão pública das razões que assistem aos educadores e aos professores, entre outras estratégias de comunicação. Desenvolver trabalho com os futuros professores, nas escolas superiores de formação, foi outra proposta apresentada.

## Formação

No que toca à formação, não houve dúvidas: é preciso não descurar a componente de formação geral, nem excluir a formação específica. E neste campo, as ideias são muitas. Apenas algumas, sem qualquer tipo de hierarquização: não ignorar a formação creditada; realizar ações de curta duração; escolher muito bem os formadores uma vez que eles são, nesse momento, o rosto do Sindicato; direcionar as ações para as necessidades dos grupos de recrutamento; estabelecer, se necessário, parcerias com as associações profissionais; apostar na diversidade de oferta; priorizar as escolhas, se possível, tendo em conta a necessidade de formação do associado; possibilitar formação aberta aos não sócios (gratuita ou a pagar), realizar formação relevante para a componente científico pedagógica; fomentar a formação político-sindical e formação específica para delegados e dirigentes sindicais; ações genéricas e específicas também para professores dos cursos profissionais, professores bibliotecários e outros; concertar a oferta do Sindicato com as da Fenprof e da CGTP-IN. Enfim, uma enchente de ideias, porque a formação, não sendo uma responsabilidade sindical, ... também o é!

## Em suma

No essencial, o sindicalismo docente assenta no envolvimento dos educadores, dos professores e dos investigadores. É necessário fazê-los acreditar que outra política educativa é possível. Os professores já deram sobejas provas de que, quando motivados, acreditam. E quando acreditam, lutam! E como lutam, *meus senhores!*...

RR

# OS DESAFIOS DO SINDICALISMO

**Para vos deixar aqui umas provocações sobre esta temática vou recorrer a um livrinho, uma leitura de férias, cujo título e autor farei referência no final. Não é uma abordagem académica, tão só umas impressões de um comum que leu um livro e o relacionou com o trabalho que faz e a realidade que vive.**

Para falarmos de futuro, talvez tenha interesse lembrar a ideia de um certo barbudo do oitocentos — *a história é feita pelos humanos, não em condições idealizadas, mas nas condições existentes, condições essas resultantes da história*. Portanto, o sindicalismo que fazemos e o futuro que trabalhamos, somos nós sindicalistas que fazemos, nas condições que existem e não nas que queríamos que existissem.

## **Em que condições vivemos?**

Vivemos numa sociedade de consumo, capitalista e individualista.

Um dado para começar: 58% dos habitantes de Estocolmo vivem sozinhos, 25% dos moradores dessa cidade morrem sozinhos. Não há nenhum mal em viver sozinho, tampouco em morrer sozinho, se isso resultar da decisão do próprio. Este indicador, a somar a outros, evidencia uma doença humana das sociedades atuais, a solidão, ou não fosse o indivíduo uma impossibilidade como *Absoluto*.

O humano sofrendo de solidão é um ser perdido, afinal todo o EU necessita de um NÓS. Mas o NÓS que os indivíduos de hoje procuram não é o NÓS-POLIS, o NÓS-CIDADE, não é o clássico NÓS-TRABALHADORES, da luta Capital/Trabalho, não é sequer o NÓS-PROFESSORES, é um NÓS-TRIBO, um NÓS de indivíduos que não buscam o OUTRO, tão só esperam ardentemente um OUTRO igual a si próprio. É como na internet — não se procura o novo, o diferente, antes um espelho, um igual.

Nos professores, assistimos a isso:

- NÓS, os professores vinculados antes de 2010, ultrapassados pelos vinculados depois de 2010 com menos tempo de serviço, é que somos os verdadeiramente injustiçados;
- NÓS, quadros de agrupamento, ultrapassados na mobilidade interna pelos quadros de zona pedagógica com menos tempo de serviço, é que somos os verdadeiramente injustiçados;
- NÓS, os contratados da 2.ª prioridade do concurso externo, ultrapassados na contratação inicial e nas reservas de recrutamento pelos contratados da 1.ª prioridade do concurso externo, é que somos os verdadeiramente injustiçados.

Claro que estas injustiças não são aceitáveis, mas o NÓS considerado não é o NÓS-PROFESSORES, mas um NÓS-TRIBO.

Contudo, este EU individualista, este NÓS-TRIBO, tem outra característica, no horizonte que define, na utopia que o orienta,

no sentido da sua vida. Na modernidade, o horizonte, a utopia, estava colocado no futuro. Hoje, o horizonte, a utopia, está colocado no passado, “naquele tempo”, da “França dos franceses” à “América great again”.

A esperança do EU individualista, o NÓS tribal, nas complexas sociedades de hoje, é num regresso ao passado, a uma qualquer ideia mítica, a um suposto tempo em que as coisas eram boas. Mais que procurar melhores condições de vida no futuro, o que faz correr o humano de agora é o sentimento de pertença, uma identificação tribal.

## **O que fazer nestas condições (EUs enimesmados, NÓS tribais, ESPERANÇA no passado e não no futuro)?**

Segundo o autor, socorrendo-se do Papa Francisco, é pelo convívio, e não por viagens interiores, é indo ao encontro do OUTRO. Como aplicar esta filosofia no sindicalismo? Três pistas, possibilidades, caminhos:

- apoiar os sócios e os professores, nas delegações e nas escolas, presencialmente, pelo telefone, por e-mail, ajudando cada um a resolver os problemas colocados. Mas isto não chega, não somos apenas, nem principalmente, prestadores de serviços;
- uma agenda reivindicativa dinâmica, com iniciativas pequenas, grandes e assim-assim, comunicacionalmente dirigida aos dois ‘públicos’, aos dois NÓS, com que trabalhamos, o NÓS-PROFESSORES e o NÓS-SOCIEDADE. Isto é importante, mas não chega;
- presença física regular as escolas (conversas, reuniões informais, reuniões formais) indo ao encontro do OUTRO, construindo opinião com os professores.

Podemos perguntar: é fácil? Não, não é! É remar contra a maré!

Mas sem irmos ao encontro do OUTRO, não fazemos um NÓS-COLETIVO, não colocamos como horizonte, como utopia, a luta por um futuro melhor. As lutas de 2023 e os ganhos que se conseguiram, ainda que aquém do necessário, mostram que é possível melhorar as condições de trabalho dos professores. Vamos a isso!

*Nota: inspiração para esta intervenção:  
Bauman, Zigmunt [2017], «Retrotopia»*

**FG**

*em alta resolução*



Foto: Emmanuel Luz (editada)

*milhares de educadores e professores  
nos plenários da Fenprof (23/set a 3/out)*

# UMA ESCOLA, UMA FLOR, AQUELA FLOR

## Os 50 anos do 25 de Abril no AE Monserrate, em Viana do Castelo

Diz-se que quem não conhece a sua história está condenado a repeti-la. Ora, a palavra “escola” é sinónimo de conhecimento, pelo que há nela um dever de memória a cumprir. Assim foi com a efeméride dos 50 anos do 25 de Abril no Agrupamento de Escolas de Monserrate. Durante um ano, foram mais de 50 os eventos alusivos à revolução. Com tantos eventos, é difícil que haja alguma criança ou adolescente que não tenha ouvido falar na Revolução dos Cravos. O futuro passou por aqui, por Monserrate, mesmo recorrendo ao passado. O conhecimento fará a ponte. E o conhecimento é Escola. Escola que é a de *Abril!*

Por aqui passaram alguns nomes cuja biografia está ancorada na palavra *Abril*. Refira-se Domingos Abrantes, que falou, para uma plateia magna de estudantes do ensino secundário, da sua fuga da prisão de Caxias, em 1961, num Chrysler Imperial blindado que estivera ao serviço, *imagine-se!*, de António de Oliveira Salazar. Abordou os onze anos em que foi preso político e a tortura que sofreu. Aqui, esteve acompanhado pela sua mulher, Conceição Matos — com quem casou em 1969, na prisão de Peniche, enquanto esteve preso, de 1965 a 1973 —, também ela uma presa política que passou por muitas das sevícias do regime.

Outro nome a dizer presente: Branca de Carvalho. Viveu na clandestinidade, mudou de nome, por ter publicado panfletos contra o fascismo, arditosamente feitos ao som de missa na rádio, com o volume alto para que ninguém desconfiasse do que ali se fazia.

Os alunos também trouxeram à escola familiares que viveram a ditadura. Ouviram-se histórias de combatentes na guerra colonial, de um jornalista que conheceu o “lápis azul”, de um desertor de uma guerra absurda, de trabalhadores de vários ramos



que falaram da pobreza em que viviam e da sua luta por aquela esperada madrugada em *Abril*.

Às vezes na primeira pessoa juntaram-se outras, de historiadores e arquivistas, que vieram enquadrar o experienciado: Manuel Loff (Universidade do Porto) e Isabel Campos (Ephemera, em Viana do Castelo).

Momentos igualmente altos de toda esta celebração — a criação de uma moldura humana alusiva ao 25 de Abril, na Praça da Liberdade; a recriação e dramatização, pelos alunos, de uma aula do Estado Novo, para que sentissem o que era uma escola antes e depois de *Abril*; o testemunho de vários professores, alguns já aposentados, a lembrar o que viveram como alunos, em plena ditadura; dinamização de aulas abertas, onde se expuseram as grandes reformas legislativas após 1974, painéis e murais, de azulejo ou em malha, feitos a partir de histórias alusivas a Abril. Tudo isto nas diversas escolas do agrupamento, onde houve teatro, música e muito mais...

No entanto, o destaque vai para a escultura *Memórias Porvir*, da artista e professora Paula Branco Pereira (sócia n.º 36480), com quem tivemos o prazer de conversar e apresentamos, aqui ao lado, um apanhado dessa conversa. *Memórias Porvir*, inaugurada este ano letivo, é uma escultura que ganha forma num bloco de cimento, em que o que parece ser uma criança, com o braço no ar, grita Liberdade! E por ser em cimento, recorda-nos que a Liberdade é um bem em permanente construção.

NF



# MEMÓRIAS PORVIR É UM TRIBUTO À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

**Como traduzirias, em palavras, a tua escultura alusiva aos 50 anos do 25 de Abril?**

A escultura *Memórias Porvir* é um tributo à Revolução dos Cravos, à liberdade e à democracia. Expressa a honestidade da história e alinha-se com a estética brutalista. Com o seu betão cru, reflete a resistência das memórias, do que perdura e sustenta o presente. A sua materialidade brutalista evoca uma temporalidade fluida, ligando as promessas da Revolução à moldagem do que está por vir, e isso é trabalho das novas gerações. Da escola. Com a sua forma imponente e fractal, ilustra a ideia de um tempo em que, como dizia Deleuze, as camadas de memória se sobrepõem. Estratigraficamente. A rutura no *design* brutalista da obra reflete a coragem de quebrar com um passado opressivo e de lutar por novas possibilidades. Este gesto de desafiar a simetria e a rigidez é uma forma de resistência, ecoando a luta pela liberdade que caracterizou, também, a Revolução dos Cravos. Assim, *Memórias Porvir* não é apenas uma recordação do que foi. É também um convite a pensar o que ainda pode ser.



Foto João Palhares Lima



**Como é que vês a escola hoje, volvidos estes 50 anos?**

A escola é hoje um espaço que promove a liberdade de pensamento e expressão. De inclusão e diversidade. A educação tornou-se um direito acessível a todos, contribuindo para uma sociedade mais informada, igualitária e justa. Realço aqui o papel fundamental que os sindicatos tiveram para alcançarmos estes benefícios. No entanto, também vejo desafios. Por exemplo, a valorização docente. A digitalização e a inovação tecnológica, outro exemplo que requer atenção. Saber tirar partido das tecnologias, em prol do nosso tempo de lazer, é algo que cada vez me parece mais distante da realidade, o que me preocupa e entristece.

**Na qualidade de artista, sentes-te hoje, em democracia, alguém livre para expressar, na tua arte, a tua visão do mundo?**

Sim, na qualidade de artista. Seria impensável há 50 anos pôr em prática muitos dos meus trabalhos. Através das minhas intervenções urbanas, em que o caminhar é assumido como uma prática estética que nos ajuda a compreender o mundo, convido o público a refletir sobre a nossa relação com a cidade. A vida urbana, tantas vezes marcada por um atropelo diário e pela velocidade com que nos movemos, tende a aniquilar o nosso tempo de qualidade e a nossa capacidade de ver o percurso.

De o sentir. Quando andamos apressados, perdemos a conexão com o ambiente e com os outros. E creio que aí perdemos também a nossa liberdade, confinados a percursos pré-estabelecidos de casa-escola, casa-supermercado, entre tantos outros já delimitados de A a B. A arte que proponho procura recuperar essa sensibilidade.

**E como professora?**

Na escola, como professora, essa liberdade é muitas vezes limitada. É minha opinião que a rigidez do currículo restringe a exploração de formas mais experimentais e criativas de ensino, e que a dinâmica acelerada das aulas e o foco em avaliações e resultados podem levar a uma abordagem mecanicista da aprendizagem. Sinto também que a cultura escolar nem sempre valoriza uma professora-artista-investigadora. Voltaríamos agora ao tema da valorização docente, em que cada professor é uma pessoa...

NF

# A AUTOCRACIA NAS ESCOLAS

Com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, da autoria da então Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues, do governo Sócrates, era aprovado o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e assim se enterava um modelo de eleição e gestão democrática das escolas, que até aí vigorara. Os então designados presidentes de conselhos directivos passariam a directores, fazendo lembrar os reitores dos liceus do tempo da “outra senhora”. Esta é a principal razão da degradação progressiva do ambiente que se vive no seio dos estabelecimentos escolares, e que resultou naquilo que Santana Castilho classifica de “supremacia crescente do caciquismo paroquial na gestão das escolas” (Público, 19/01/2022). Sem poupar nas palavras, por sinal certeiras, o autor, numa outra crónica, alerta que as escolas “são cada vez mais organizações pouco democráticas (quando não totalitárias), laboratórios sim, de experiências pedagógicas sem sentido, viveiros de integração hipócrita, fábricas de falsos sucessos e altares da mais estúpida e castradora burocracia”. Logo acrescenta que as mesmas “são hoje, com raras ilhas de excepção, mundos de venenosos interesses miudinhos e subservientes, onde a vontade colectiva é secundarizada por visões unipessoais” (Público, 13/04/2022). E a propósito dessas “ilhas de excepção”, farei justiça ao referir que conheço uns poucos directores que, apesar do modelo de gestão unipessoal vigente, têm desenvolvido um trabalho meritório, pautado pelo respeito por toda a comunidade escolar, num clima de democraticidade.

Umhas vezes por subserviência hierárquica, outras por iniciativa ou capricho próprio, o director tornou-se numa espécie de tiranete, que interpreta algumas leis segundo as suas conveniências (quando não se considera ele próprio a Lei!), que recorre a todo o tipo de expediente para controlar ou mesmo intimidar os pro-

fessores. Tudo serve para chantagear ou tentar silenciar os mais intrépidos, tais como as ameaças de penalização na avaliação e progressão docente, na elaboração de horários de trabalho retalhados, na aplicação de processos disciplinares, etc. Casos que muitas vezes terminam em litígio. E que dizer das indecorosas pressões sobre as avaliações que os professores fazem dos seus alunos, quando são chamados a justificar, em especial, os níveis negativos atribuídos? A este respeito, importa dizer que este desvelo inscreve-se na chamada “escola de sucesso” que os governos querem ver espelhada nos *rankings* e a que diligentemente muitos directores se entregam. Não importa se os alunos sabem ler e escrever correctamente, a pensar e a desenvolver uma consciência crítica, a apreciar o património, as artes e a cultura ou a desenvolver um espírito humanista. Importam sim, os números! E isto é mais notório em concelhos em que há mais do que um agrupamento de escolas, que acabam por se digladiarem entre si para assegurar a “clientela” discente. Mas é bom lembrar *urbi et orbi* que o que decide uma boa nota é a dedicação, aliado a um comportamento exemplar, e não a casta a que o aluno pertence ou as pressões dos seus progenitores junto do director ou dos professores.

Face a este retrato negro, marcado pela autocracia e por um ambiente policial reinantes em muitas escolas, alguém espera outra reacção que não seja a firme oposição dos professores a um modelo de recrutamento e colocação docente nas mãos de directores e/ou autarquias?

Como dizia Elvira Tristão, o problema das actuais direcções de escolas, que designa de “lideranças tóxicas”, “obriga a uma reflexão séria sobre a recente involução do regime jurídico de administração e gestão escolar, e a sua revisão, com a valorização das lideranças intermédias, na colegialidade colaborativa, e num sistema de *accountability* inteligente, assente nos valores da democracia colaborativa, da transparência, da equidade e da justiça” (Público, 9/04/2022).

**Rui Duarte,**

sócio n.º 14728, AE Vila Pouca de Aguiar

(O autor escreve de acordo com a antiga ortografia)



*Nota: Os artigos publicados na secção Ponto de vista não refletem, necessariamente, a orientação editorial da revista SPN/Informação, pelo que são da responsabilidade dos seus autores, que são, sempre, identificados.*

# GESTÃO DEMOCRÁTICA, PORQUE SIM!

A gestão das escolas públicas é um dos aspetos que maior preponderância tem no bem-estar da comunidade educativa. Na realidade, o atual modelo de gestão tem como enfoque uma maior participação da comunidade educativa, mas na prática tal não se verifica. Tal como a eleição dos diretores, que é pouco democrática, ao não permitir que a mesma seja feita de uma forma direta pelos professores. Neste sentido, seria bom que a orientação fosse no sentido de tornar mais participativa e democrática a gestão das escolas públicas em Portugal.

**António Santos,**  
sócio n.º 14005, AE Fernão de Magalhães (Chaves)

Durante grande parte da minha atividade profissional estive em escolas em que a gestão era democrática, uma vez que todos os meus colegas votavam para a eleição do presidente do Conselho Executivo, ao contrário do que acontece atualmente, em que a eleição do diretor é feita através do Conselho Geral, que é composto por vários elementos / entidades, fazendo parte apenas sete professores que votam no candidato a diretor. Desta forma, sou a favor da eleição do diretor pelos professores e restante comunidade educativa.

**Henrique Manuel B. S. Rocha Soares,**  
sócio n.º 4576, professor aposentado (Porto)

A escola deve ser devolvida aos professores para que haja uma gestão democrática, para que seja um local privilegiado onde cada um a sinta como um lugar seguro de diálogo, de partilha, de democracia construída por muitos pareceres e pensamentos diferenciados, mas, acima de tudo, respeitados!

**Helena Alves,**  
sócia n.º 48529, AE Muralhas do Minho (Valença)

As políticas educativas dos últimos anos têm contribuído para a desacreditação da escola democrática e niveladora das desigualdades. A alteração do modelo de gestão, com a institucionalização reacionária da figura do Diretor, tornou a escola, onde se ensinam e cultivam valores democráticos de decisão coletiva, num quintal de dominância unipessoal. É um contrassenso civilizacional que inverte o caminho da solidariedade institucional e da convivência de comunidade. Lutar por um modelo de gestão que assegure a pluralidade de opiniões, a decisão participada e a transparência do exercício dos cargos, é uma prioridade que urge reivindicar e proclamar.

**José Maria Cardoso,**  
sócio n.º 19918, AE Alcides Faria (Barcelos)

Maioritariamente, existem Diretores que, infelizmente, parecem ter como lema, o *eu quero, eu posso e eu mando*, criando um clima de incerteza e medo nas escolas. No entanto, há outros que, fruto da experiência e saber, utilizam um modelo de liderança colegial, não dando importância maior à sua acrescida responsabilidade individual, valorizando em contrapartida a experiência e vivência do quotidiano escolar. Estes continuam a *governar* segundo o paradigma da legislação anterior, isto é, seguem a matriz da Gestão Democrática, dando azo a uma escola dinâmica e organizada, onde todos participam!

**Regina Puga,**  
sócia n.º 32966, AE Nuno Gonçalves (Lisboa)

A gestão não democrática nas escolas públicas portuguesas é uma questão preocupante, especialmente quando o poder está concentrado numa única pessoa: o diretor. O modelo atual, centralizado numa única pessoa, é prejudicial, uma vez que a falta de mecanismos de participação e controle democrático comprometem a qualidade das decisões. A diversidade de opiniões e a partilha de responsabilidades entre os diferentes atores educativos são fundamentais para criar uma gestão equilibrada e eficaz.

**Ângelo Pilão,**  
sócio n.º 33769, AE Paços de Sousa (Penafiel)

Temos, hoje em dia, na escola, um(a) diretor(a) compulsivamente dedicado/a a plataformas digitais, com enormes responsabilidades relativamente à vida de docentes, de não-docentes e de discentes, mas cada vez mais distante da verdadeira vida da comunidade educativa, aquela que se desenvolve na sala de aula, na sala dos professores, no recreio, nos espaços de convívio do pessoal não-docente. Ao invés, nas décadas anteriores, os conselhos diretivos/executivos eram uma força viva das escolas, os motores de muitas práticas e atividades educativas, os mobilizadores da comunidade educativa, cujos tempo e espaço eram os da sua escola, em primeiro lugar. Defendamos a Gestão Democrática!

**Gabriela Alves,**  
sócia n.º 33283, AE Professor António Natividade (Mesão Frio)

O caminho de democratização da organização e gestão escolar tem sido lento, com avanços na igualdade de acesso e sucesso dos discentes, mas com recuos no que toca a um modelo democrático de organização e gestão escolar. Os professores do 1.º CEB sentem-se desiludidos, cansados e sobrecarregados de trabalho burocrático. As contestações e as greves ao trabalho não letivo demonstram a reivindicação dos professores que almejam uma gestão democrática que lhes permitam ter autonomia nas suas opções.

**Ana Maria Carolino,**  
sócia n.º 21005, AE Frei João (Vila do Conde)

Norte



ELEIÇÃO  
INTERCÁLAR  
DISTRITO  
VILA REAL

2024-2027

## Caras e caros sócios do SPN do distrito de Vila Real

Estamos num momento em que se realiza a eleição intercalar da Direção Distrital de Vila Real, para o triénio de 2024/2027. Isto acontece porque mais de 50% dos eleitos para a Direção Distrital de Vila Real, nas eleições realizadas a 28 de maio do presente ano, decidiram não assumir funções, pedindo a sua demissão. Tal circunstância exige que se repita o ato eleitoral, no próximo dia 12 de novembro, para que se cumpra a democracia sindical e os associados do distrito de Vila Real tenham, de facto, o direito a poder contar com um conjunto de dirigentes eleitos que, com empenhamento e zelo, contribuam para o fortalecimento e o bom funcionamento da estrutura sindical, sempre em ligação com os educadores, professores e investigadores e, naturalmente, com as escolas e instituições onde estes desempenham as suas funções.

Esta eleição intercalar para a Direção Distrital de Vila Real representa mais uma oportunidade de reforço da nossa estrutura e da qualidade da nossa intervenção. Se em todos os momentos foram fundamentais a união e a luta reivindicativa, para que o SPN e a Fenprof pudessem desenvolver uma negociação produtiva com a tutela, hoje, com a degradação das condições de trabalho, os constrangimentos à progressão na carreira docente, a precarização crescente, ainda mais se faz sentir a necessidade de fortalecer os sindicatos dos professores, que se concretizaram com Abril e têm demonstrado ser um importante fator para a defesa da democracia no nosso país.

O documento orientador das políticas educativas, de 1993, da Unesco, chama a atenção dos estados membros para a importância dos professores, grupo profissional fundamental, sem o qual “não pode haver nem desenvolvimento durável, nem coesão social, nem paz”. É mesmo a defesa deste grupo profissional que continuará a justificar o reforço da ação sindical. Uma participação massiva dos sócios do SPN do distrito de Vila Real no processo eleitoral de 12 de novembro é fundamental para dar mais força ao Sindicato e condições para promover a luta pela defesa dos direitos, pelo RESPEITO e pela dignificação da classe docente e dos investigadores, condições fundamentais para a defesa de uma escola pública democrática e inclusiva e de um país mais justo e igual.

Vamos, pois, votar presencialmente, nas mesas de voto que se constituírem no distrito de Vila Real, ou por correspondência, seguindo as indicações que vos vão chegar, através do serviço de correio.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral do SPN  
Manuela Silva

### Mesas de voto

**Delegação de Vila Real**

Horário: 9h às 19h

**Delegação de Chaves**

Horário: 9h às 19h

**AE Diogo Cão (Vila Real)**

Horário: 9h30 às 11h

*Pelos educadores,  
professores e  
investigadores do  
distrito de Vila Real*

vota **lista V**  
**12 novembro**

Eleição da Direção Distrital de Vila Real  
Sindicato dos Professores do Norte  
Triénio 2024 - 2027

# LISTA V - PROGRAMA

## PELOS EDUCADORES, PROFESSORES E INVESTIGADORES DO DISTRITO DE VILA REAL

### COMPROMISSOS

A lista candidata à Direção Distrital de Vila Real do Sindicato dos Professores do Norte, sob o lema “SPN: pelos educadores, professores e investigadores do distrito de Vila Real” pretende continuar a tradição dos quase 42 anos de vida do SPN, na defesa assumindo-se como unificadora perfilhando um sindicalismo progressista e de espectro amplo, reivindicativo de direitos laborais, mas também proponente de ideários, de valores e de projetos educacionais e profissionais, apostada numa forte presença nas escolas, apostando na informação, no diálogo com todos aqueles que representa e no combate persistente na defesa dos seus direitos e interesses, mas também com uma constante preocupação de luta pela valorização da Escola Pública, pela democratização da Escola, pela qualidade da Educação e do Ensino e pela dignificação da Profissão Docente.

Pautaremos a nossa ação pelo respeito pelos princípios da democracia, da solidariedade, da independência e do humanismo, respeitando e valorizando a diversidade e a pluralidade de opiniões e sensibilidades.

Comprometemo-nos a promover a articulação com a Direção do SPN e com a FENPROF, no sentido de harmonizar posições e iniciativas de luta, sempre visando a coesão do Sindicato e o fortalecimento da ação sindical aos níveis local, regional e nacional. Nesta matéria, são grandes os desafios que teremos pela frente, pois pretendemos aprofundar o trabalho realizado nos vários setores de educação e ensino, não só através do reforço da presença nas escolas, mas também da aposta no crescimento da rede de delegados e ativistas sindicais, procurando sempre dar resposta aos problemas específicos de cada setor/departamento. Manteremos, naturalmente, a linha de apoio incondicional aos docentes do ensino particular, cooperativo e social, nas suas diferentes modalidades, que, não raras vezes, exercem a sua atividade em condições ainda mais precárias, e de verdadeira exploração, que os docentes do ensino público. Fá-lo-emos através de uma ação de proximidade que continuará a aposta no reforço do número de delegados sindicais.

50 anos volvidos sobre o 25 de Abril, continua a ser essencial continuar a luta em prol de uma escola verdadeiramente democrática e de uma carreira docente mais valorizada. Só uma escola verdadeiramente democrática pode educar em e para a democracia e esta tem de marcar, desde logo, a escolha dos seus órgãos de direção e gestão, que devem ser colegiais e resultar de um processo aberto, transparente e participado. Continua a ser fulcral também a luta por uma verdadeira educação inclusiva, capaz de proporcionar a todos as respostas necessárias, tendo em conta as especificidades e necessidades de cada aluno. Para isso, é imprescindível aumentar o número de docentes de educação especial, de intervenção precoce e de Português Língua

Não Materna, mas também se impõe dotar a escola de outros profissionais, como psicólogos, terapeutas e outros técnicos especializados.

Procuraremos dar visibilidade aos aspetos que justificam que o distrito de Vila Real seja alvo de uma discriminação positiva, tendo em conta vários fatores, como a realidade geográfica em que as distâncias em linha reta não refletem as distâncias reais que os docentes são obrigados a percorrer e o tempo gasto nas viagens; a importância de um regime de mobilidade por doença efetivamente protetor de quem dele necessita, num distrito que se caracteriza por um envelhecimento significativo do corpo docente; a necessidades de reformulação do parque escolar, com o aumento da oferta de escolas, designadamente secundárias, evitando ou pelo menos reduzindo o número de alunos que são obrigados a deslocarem-se diariamente entre concelhos, o que contribuirá, também, para combater a desertificação das zonas rurais.

É nosso objetivo reforçar a presença do SPN nas escolas e junto dos professores, promovendo reuniões sempre que necessário, quer por solicitação dos sócios, quer por iniciativa do sindicato.

### AÇÃO SINDICAL

Segundo vários relatórios e estudos publicados, Portugal é dos países da União Europeia com a classe docente mais envelhecida, com uma média de idades que se situa nos 50 anos. Cerca de 40% dos professores que se encontravam a lecionar em escolas públicas em 2018/19 irão aposentar-se até 2030/31, o que significa que será necessário recrutar 34 500 professores até 2030. O Conselho Nacional da Educação alerta, no seu relatório mais recente, que a falta de professores em Portugal é particularmente preocupante devido ao envelhecimento da classe docente e considera essencial tornar a carreira mais atrativa para minimizar efeitos nefastos no futuro. Neste sentido, urge valorizar a carreira docente nos seus vários aspetos.

Neste contexto, é imprescindível promover o sindicalismo junto dos mais novos, pois só um sindicato forte, ativo e interventivo poderá fazer valer as reivindicações pela valorização da profissão docente, pela qualidade da escola pública e gestão democrática das escolas, objetivos que estarão sempre no horizonte da nossa ação sindical. Assim, teremos por objetivo reforçar a presença do SPN nas escolas e junto dos professores, fazendo reuniões em todos os agrupamentos e escolas sempre que necessário, quer por solicitação dos sócios, quer por iniciativa do Sindicato, sem prejuízo da realização, também, de visitas informais.

Propomo-nos igualmente levar a cabo ações conjuntas com as instituições do ensino superior, dando a conhecer a importância do na vida e na ação dos futuros professores.

## INFORMAÇÃO

Fazer chegar a informação aos sócios reveste-se da maior importância, pelo que utilizaremos os meios tecnológicos hoje disponíveis (site, redes sociais, correio eletrónico) complementarmente à informação produzida centralmente pelo SPN e pela FENPROF, destinada aos placards sindicais e/ou à distribuição pelos educadores e pelos professores, merecendo ainda especial relevo as revistas «SPN/Informação» e «A Página da Educação», pelo seu contributo para a formação pessoal e profissional dos associados.

## APOIO AOS SÓCIOS

A área de apoio aos sócios assume uma grande importância, devido ao crescente clima de conflitualidade que se vive nas escolas, seja em resultado de um modelo de avaliação de desempenho competitivo ao invés de formativo, seja pelo agravamento das condições de trabalho, com horários desregulados, elevado número de reuniões e burocracia exagerada, fatores muitas vezes também potenciados por uma gestão por vezes marcada pelo autoritarismo e que contribuem para o desgaste cada vez maior dos docentes. Nestas circunstâncias, o departamento de contencioso tem também uma importância vital no apoio prestado aos sócios, em estreita ligação às delegações distritais do Sindicato, no nosso caso às delegações de Vila Real e Chaves. Em ambas as delegações procuraremos contribuir para o bom funcionamento do SPN, trabalhando em articulação para garantir rigor e qualidade na resolução dos problemas dos associados. Pretendemos apostar num apoio de proximidade, quer através da presença regular nas escolas, quer no apoio prestado nas delegações do sindicato.

## FORMAÇÃO

Procuraremos contribuir com uma formação que promova a preparação de docentes reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. Nesse sentido, comprometemo-nos a promover ações de formação, palestras, plenários e outras iniciativas agregadoras em torno da atividade sindical, cultural e de desenvolvimento profissional.

Tendo em conta as exigências do atual modelo de avaliação docente em termos de formação contínua e sabendo que a entidade responsável por proporcionar essa formação é o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, através dos Centros de Formação de Associação de Escolas, não deixaremos de auscultar as necessidades de formação dos nossos associados e, em articulação com o Centro de Formação do SPN, proporcionar formação, localmente ou a distância, que vá ao encontro das expectativas dos sócios do distrito.

## REIVINDICAÇÕES

A Lista V faz suas as reivindicações que a FENPROF elencou para a legislatura em vigor:

- Defender um financiamento da Educação na ordem dos 6% do PIB, como recomendam as organizações internacionais, de forma a garantir o normal funcionamento das escolas;
- Recompôr a carreira, garantindo o direito dos docentes a uma carreira digna e valorizada, para o que, reconhecendo a

importância da garantia da recuperação do tempo de serviço, é igualmente necessário eliminar as vagas para progressão e as injustas quotas, que distorcem a avaliação do desempenho;

- Atualizar vencimentos, de forma a recuperar as enormes perdas acumuladas por força da inflação e de anos sucessivos sem aumentos ou com estes a serem muito insuficientes;
- Eliminar ou tornar residual a precariedade e todo o tipo de discriminação que afeta quem se encontra contratado a termo;
- Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho em geral, incluindo a diminuição do número de alunos por turma;
- Criar um regime específico de aposentação dos docentes aos 36 anos de serviço (de imediato e transitoriamente aos 40, sem penalizações);
- Criar um regime de mobilidade por doença que cumpra efetivamente o seu papel de proteger aqueles que são forçados a recorrer ao mesmo;
- Reverter o processo de transferência de competências para as autarquias (municipalização);
- Democratizar a gestão das escolas e extinguir os mega agrupamentos;
- Garantir uma formação de docentes de qualidade nas suas diferentes vertentes (inicial, contínua e especializada);
- Criar grupos de recrutamento ainda em falta, como tem vindo a ser reivindicado, designadamente de Teatro e Expressão Dramática e de Intervenção Precoce;
- Reforçar a autoridade dos docentes, criando condições para combater a indisciplina, evitar a violência e elevar o prestígio social da profissão;
- Exercer plenamente os direitos sindicais, desde o direito de reunião ao direito à greve, que, com manifesta falta de sentido democrático, governos anteriores têm posto em causa, tendo, por várias vezes, os tribunais desautorizado o governo e múltiplas decisões de colégios arbitrais que, bastas vezes, ignoravam também as leis e se mostraram servis relativamente ao poder.

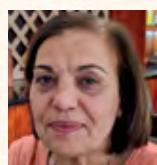
Através da participação na FENPROF e na CGTP-IN, a Direção Distrital de Vila Real continuará a dar atenção às questões culturais, ambientais, da paz, de humanismo e solidariedade entre povos e nações, em consonância com a nossa maneira de estar no sindicalismo e na sociedade.

## EM SÍNTESE

A lista V, que se apresenta aos sócios do distrito de Vila Real sob o lema “SPN: pelos educadores, professores e investigadores do distrito de Vila Real”, propõe-se responder a todos os desafios que a escola, os educadores e os professores enfrentam no presente e os que futuramente se lhes apresentarem. Os seus candidatos estiveram nas lutas passadas, nas de hoje e estarão também nas que se revelarem necessárias no futuro.

**Direção** (Candidatos também à Direção, nos termos dos artigos 41.º n.º 2 alínea b) e 67.º dos Estatutos do SPN.)

**Efetivo** **Suplente**



**Ausenda Maria de Jesus Costa Sá**

14008 – AE Dr. António Granjo  
ED. ESPECIAL  
Chaves



**Cristina Maria Rodrigues Mendes**

20864 – AE Vila Pouca de Aguiar  
ED. ESPECIAL  
Vila Pouca de Aguiar



**Gabriela Maria Costa Rodrigues Alves**

33283 – AE Professor António Natividade  
3.º CEB/SEC  
Mesão Frio



**Ana Maria Matias Guedes**

7701 – AE Infanta D. Mafalda  
1.º CEB  
Gondomar



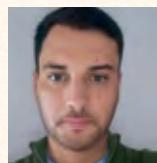
**Cristina Silva Castro**

23553 – Centro Social e Paroquial de Chaves  
IPSS  
Chaves



**Dália Maria Carvalho Portela**

20768 – AE Professor António Natividade  
3.º CEB/SEC  
Mesão Frio



**Eduardo Miguel Fragueto Gomes Canelas**

48137 – Conservatório de Música de Vila Real  
EAE  
Vila Real



**Ermelinda Rosa Neves Machado dos Santos**

48605 – AE Dr. Júlio Martins  
3.º CEB/SEC  
Chaves



**Helena Maria Branco Peão da Costa**

45312 – AE Diogo Cão  
2.º CEB  
Vila Real



**Júlia Violante de Carvalho Ribeiro Correia**

43767 – AE Diogo Cão  
2.º CEB  
Vila Real



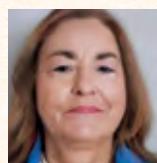
**Marco Paulo Ferreira dos Santos**

39821 – AE Valpaços  
2.º CEB  
Valpaços



**Maria Arminda Gil Pinto Pereira**

14718 – AE Dr. António Granjo  
PRÉ-ESCOLAR  
Chaves



**Maria Assunção Pinto Carvalho**

1499 – Aposentada  
1.º CEB  
Vila Real



**Maria de La Salette Pinto Valente**

20796 – AE Mondim de Basto  
3.º CEB/SEC  
Mondim de Basto



**Maria do Céu Figueiredo Pereira Sá Couto**

15286 – AE João Araújo Correia  
3.º CEB/SEC  
Peso da Régua



**Maria José Fernandes Domingues**

14551 – AE Dr. Júlio Martins  
1.º CEB  
Chaves



**Maria Paula Almeida Azevedo Magalhães**

43681 – AE Professor António Natividade  
3.º CEB/SEC  
Mesão Frio



**Ricardo Manuel Ferreira Almeida**

48527 – Desempregado  
2.º CEB  
Vila Real



**Rosalina Vaz Fernandes Pinho Peixeiro**

14337 – AE Dr. António Granjo  
ED. ESPECIAL  
Chaves



**Sónia Cristina Pereira Roçadas Ferreira Guedes**

47781 – AE Professor António Natividade  
3.º CEB/SEC  
Mesão Frio



**Maria Helena de Barros Pimentel**

15610 – AE Diogo Cão  
PRÉ-ESCOLAR  
Vila Real



**Paula Alexandra Monteiro Pereira**

46896 – AE Resende  
3.º CEB/SEC  
Resende



**Helena Maria Afonso**

20807 – AE Idães  
1.º CEB  
Felgueiras



**Anabela Castro Ferreira**

47012 – AE Idães  
1.º CEB  
Felgueiras



**António Manuel Lopes de Oliveira**

22413 – Dr. António Granjo  
2.º CEB  
Chaves



**Maria José Gomes Teles Grilo**

14562 – Aposentada  
3.º CEB/SEC  
Chaves



**José Carlos Gonçalves Dinis**

14628 – AE Ribeira de Pena  
2.º CEB  
Ribeira de Pena

# LUTA IMPEDIRÁ REVISÃO EM BAIXA DO ECD

**Como ponto prévio, importa esclarecer que este texto está a ser escrito sem se conhecer ainda a proposta concreta de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), uma revisão resultante da vontade do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), a qual já se inferia da leitura do programa do governo. Rever o ECD sempre foi, para o SPN e a Fenprof, particularmente desde o início do milénio, uma espécie de caixa de pandora, tais eram os perigos que uma eventual revisão comportaria ou não estivessem os educadores e os professores portugueses debaixo de um intencional e severo processo de desvalorização da sua carreira e profissão.**

No programa do governo, encontramos intenções de, e passo a citar: “criar incentivos para a fixação de docentes em zonas de baixa intensidade ou onde há falta de professores”; “desburocratizar o trabalho dos professores, dando-lhes autonomia, autoridade e melhores condições e tempo para educar e apoiar os alunos”; “adequar a formação contínua às necessidades de professores e escolas, valorizando a autonomia das escolas na elaboração dos seus planos de formação”; “construir, em diálogo com os professores, um referencial para a avaliação do desempenho docente”; “promover as horas extra dos professores, de forma temporária e facultativa”; “promover o regresso ao ensino dos professores que tenham saído da profissão, através de mecanismos de bonificação de reposicionamento na carreira”; “rever o salário em início de carreira e rever os restantes índices e escalões, no sentido de simplificar o sistema remuneratório”; “adequar a formação inicial de professores, em linha com as necessidades do sistema educativa”.

Pese as intenções em melhorar o vencimento e os índices remuneratórios, em criar incentivos à fixação de professores e formulações simpáticas – como “desburocratizar”, “construir em diálogo com os professores” e “promover horas extra de forma facultativa” – é nos horários de trabalho que residem as maiores preocupações, tendo em conta o sério problema de falta de professores e os abusos que já se vão fazendo sentir aqui e acolá.

Contudo, o ECD não rege apenas e só estas matérias. Relembramos os capítulos que o enformam: os direitos e os deveres; a formação; o recrutamento e seleção para lugar de quadro; os quadros de pessoal; a vinculação; a carreira (conteúdo funcional, ingresso, progressão e avaliação do desempenho docente); as remunerações; a mobilidade; as condições de trabalho (horários e suas componentes, e férias, faltas e licenças); o regime disciplinar; o limite de idade e a aposentação.

Por isso, e para esta revisão do ECD, a Fenprof defende: uma carreira mais curta, sem vagas ou outros obstáculos, com todos os índices remuneratórios valorizados e equiparação, no topo, à



carreira de técnico superior da Administração Pública; uma avaliação do desempenho docente formativa e desburocratizada; uma transição para a nova carreira que contemple a contagem integral do tempo de serviço; horários de trabalho com 35 horas efetivas, 22 horas letivas e reduções do artigo 79.º (da educação pré-escolar ao ensino secundário), com todo o trabalho com alunos integrado na componente letiva, todas as reuniões incluídas na componente não letiva de estabelecimento e as reduções do artigo 79.º a reverterem para a componente individual; um regime específico de aposentação aos 36 anos de serviço, sem qualquer penalização, no imediato, para quem tenha 40 anos de descontos e uma regulamentação da pré-reforma; uma formação inicial sem baixar qualidade e duração e criação dos grupos de recrutamento necessários; incentivos à fixação e apoios aos professores deslocados.

São assuntos demasiado sérios para tratar com ligeireza. As medidas positivas que o governo tem tomado não podem amolecer o espírito reivindicativo docente. Foi a luta que tornou essas medidas possíveis; é a luta que poderá impedir uma revisão em baixa do ECD. E com mel e fel, como sabemos, diluído o doce do começo, é o amargo que se torna perene.

FG

# 2024-25 CICLO DE DEBATES



## SEDE DO SPN (PORTO)

Com possibilidade de participação online

Consultar [www.spn.pt](http://www.spn.pt)

Duração de cada sessão: 3 horas

(a aguardar acreditação como curso de formação)

# 50 ANOS DE ABRIL LIBERDADES, DIREITOS E MEMÓRIAS

Sessão 1 | 30 novembro  
**CONQUISTAS SINDICAIS:**

Pilares da democracia

*Manuel Carvalho da Silva*



Foi secretário-geral da CGTP-IN durante 25 anos, entre 1987 e 2012. Licenciou-se em Sociologia no ISCTE e é doutorado também pela mesma instituição. Atualmente é investigador do Centro de Estudos Sociais, sendo coordenador do seu Pólo Lisboa, e professor no curso de licenciatura em Sociologia da Universidade Lusófona.

Sessão 2 | 21 dezembro  
**DA ESCOLA DE ELITES À ESCOLA DE MASSAS**  
Sobre as raízes do atraso educativo português

*António Teodoro*



Foi secretário-geral da FENPROF durante 12 anos, entre 1983 e 1995. É professor catedrático de Sociologia da Educação e Educação Comparada na Universidade Lusófona de Lisboa, Diretor do Instituto de Educação e coordenador científico do Centro de Investigação Interdisciplinar em Educação e Desenvolvimento (CeIED). É licenciado em Educação Física, mestre e doutor em Ciências da Educação.

Sessão 3 | 25 janeiro  
**VIGIADOS E PERSEGUIDOS NOS ARQUIVOS DA PIDE/DGS E LEGIÃO PORTUGUESA EXISTENTE NO ANTT**

*Silvestre Lacerda*



É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem o curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Diretor-Geral de Arquivos, Livros e Bibliotecas e o Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Sessão 4 | 22 fevereiro  
**SALAZARISMO, CULTURA, EDUCAÇÃO (1926-1974):**  
O projeto de uma nova ordem espiritual

*Manuel Loff*



É professor associado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É investigador do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, no qual se dedica sobretudo à História da política e da ideologia no século XX, em particular do fascismo, com foco nos casos português e espanhol. É colunista do Jornal "Público".

Sessão 5 | 29 março  
**UM TEMPO APÓS UM CONTRATEMPO:**  
Usos da memória, revolução e reforma agrária

*Paula Godinho*



É antropóloga, professora no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É investigadora do Instituto de História Contemporânea, FCSH-NOVA e coordenadora da linha de investigação «Usos do Passado, Memória e Património Cultural», IHC.

Sessão 6 | 26 abril  
**CORTA! A CENSURA NOS JORNAIS DURANTE O REGIME FASCISTA (1926-1974)**

*Silvestre Lacerda*



É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e tem o curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Diretor-Geral de Arquivos, Livros e Bibliotecas e o Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Sessão 7 | 31 maio  
**AS MULHERES E A REVOLUÇÃO:**  
A educação como prioridade

*Ana Sofia Ferreira*



É professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia da mesma universidade. É doutorada em História, na especialidade em História Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa.

Sessão 8 | 28 junho  
**GUERRA COLONIAL:**  
A história no retrovisor

*Miguel Cardina*



É investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordenou o projeto de investigação «CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times», financiado pelo ERC (European Research Council). É autor ou coautor de vários livros, capítulos e artigos sobre colonialismo, anticolonialismo e guerra colonial; história das ideologias políticas nas décadas de 1960 e 1970, e dinâmicas entre história e memória.

# SPN, UMA FORÇA DE ABRIL

## 42 anos de Vida | 42 anos de Luta

Na passagem do seu 42.º aniversário, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) vai promover duas iniciativas centrais: uma, no imediato; outra, ao longo do ano letivo, que se prolongará até junho.



A primeira iniciativa, a realizar no dia 23 de novembro, será uma conversa em torno dos 50 anos do 25 de Abril, com os sócios honorários do SPN, Licínio Lima e Paulo Sucena. Licínio Lima, a quem mais recentemente foi atribuída esta distinção pela Assembleia-Geral de Sócios, receberá, nessa ocasião, o cartão de sócio honorário do SPN.

A segunda iniciativa será um ciclo de debates: “50 anos de Abril — Liberdades, direitos e memórias” (a aguardar acreditação como curso de formação). No essencial, serão 8 sessões, com duração de 3 horas, em sábados mensais de novembro a junho, na Sede do Sindicato, no Porto, com possibilidade de participação virtual, em que se abordarão diferentes temas que enformam a sociedade portuguesa, principalmente, no pós-Abril. O primeiro debate é no mês do aniversário do SPN, dia 30, e será sobre as conquistas sindicais, um dos pilares da democracia, contando com a presença de Manuel Carvalho da Silva. Todo o programa do ciclo poderá ser consultado na página ao lado e, claro, no *site* do SPN ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)).

RR

### SESSÃO COMEMORATIVA

23 de novembro

15h00

Intervenção da Coordenação do SPN

15h15

Mesa redonda

*Nos 50 anos de Abril, conversa com os sócios honorários do SPN  
Licínio Lima e Paulo Sucena*

17h30

Momento musical

18h00

Porto de Honra

**SPN UMA FORÇA DE ABRIL  
42 ANOS DE VIDA, 42 ANOS DE LUTA!**

 Sindicato dos  
Professores do Norte

[www.spn.pt](http://www.spn.pt)

# REINSCRIÇÃO NA CGA

## — Avanços e recuos da luta pela conquista de um legítimo direito dos docentes

**O SPN iniciou, há alguns anos, uma luta judicial, mediante a instauração de um conjunto de ações judiciais individuais e coletivas visando o reconhecimento, pelos tribunais, do direito à manutenção da inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA) de todos estes docentes. Contamos, hoje, com mais de 400 sentenças e acórdãos das três instâncias judiciais administrativas transitados em julgado, que condenaram as entidades demandadas a reinscrever cada um destes ex-subscritores na CGA, com efeitos reportados à data em que o seu vínculo foi ilegalmente interrompido, independentemente de terem ou não ocorrido hiatos temporais entre as suas colocações.**

A Proposta de Lei n.º 19/XVI/1.<sup>a</sup> apresentada pelo governo à Assembleia da República, com prioridade e urgência, no passado dia 9 de setembro, é a proposta de um diploma interpretativo da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, relativo à manutenção do direito de inscrição de antigos subscritores na CGA.

Trata-se de uma matéria que tem merecido a especial atenção do Departamento Jurídico e de Contencioso do SPN, porquanto entende com a situação de milhares de docentes seus associados e afigura-se como uma das consequências negativas da precariedade dos sucessivos vínculos dos docentes contratados a termo.

Esses docentes, pelo facto de, em algum dos anos escolares que sucederam a 2006 (ano em que entrou em vigor a lei liquidatária da CGA — a referida Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro), não terem obtido colocação em horários anuais (com início a 1 de setembro e término a 31 de agosto), foram considerados pela administração escolar, para este efeito, como se estivessem pela primeira vez a exercer funções públicas e viram, assim, interrompido o vínculo que mantinham com a CGA, tendo sido ilegalmente inscritos na Segurança Social.

Apesar de a Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, e a demais legislação que lhe seguiu, ter visado alcançar a convergência entre os dois regimes de proteção social, a verdade é que as divergências subsistem, em especial em matéria de proteção na doença, em que se verifica uma significativa diferença entre o subsídio que é pago aos subscritores da CGA face aos do regime da Segurança Social quando se encontram temporariamente incapacitados para o trabalho.

Por todos estes motivos, o SPN iniciou, há alguns anos uma luta judicial, mediante a instauração de um conjunto de ações judiciais individuais e coletivas visando o reconhecimento, pelos tribunais, do direito à manutenção da inscrição na CGA de todos estes docentes. Contamos hoje com mais de 400 sentenças e acórdãos das três instâncias judiciais administrativas transitados em julgado, que condenaram as entidades demandadas a reinscrever cada um deste ex-subscritores na Caixa Geral de Aposen-

tações, com efeitos reportados à data em que o seu vínculo foi ilegalmente interrompido, independentemente de terem ou não ocorrido hiatos temporais entre as suas colocações. A interpretação dos Tribunais tem sido a de que a norma em causa visou impedir novas entradas no sistema (é o caso dos trabalhadores que iniciaram *ex novo* o exercício de funções públicas a partir de 1 de janeiro de 2006) e não eliminar os subscritores que permaneciam no mesmo.

A Proposta de Lei n.º 19/XVI/1.<sup>a</sup> apresentada pelo governo à Assembleia da República inquieta-nos de especial maneira, porquanto é de legalidade muito duvidosa. Trata-se de uma proposta de uma lei interpretativa do artigo 2.º, n.º 2 da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que, a ser aprovada, retroagirá os seus efeitos ao dia 1 de janeiro de 2006.

O que significa dizer que, dezoito anos volvidos, vem agora o legislador, no uso do poder legislativo, procurar substituir-se à interpretação que os Tribunais Judiciais têm unanimemente feito deste preceito normativo, contrariando-a, pois, a ser aprovada, esta lei apenas admitirá a manutenção da inscrição na CGA dos então docentes contratados que não contaram com interrupções temporais entre os contratos de trabalho em funções públicas que desde 2006 foram celebrando com o Ministério da Educação. Tal requisito equivalerá à exclusão do direito de praticamente todos os docentes afetados, pois praticamente nenhum docente contratado logrou, em tal período, obter sempre colocações anuais sucessivas.

O artigo 2.º da Constituição da República Portuguesa (CRP) determina que a República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular (...) e na separação e interdependência de poderes. Não obstante isso, com a aprovação da proposta de lei em causa, passará o poder legislativo, de forma absolutamente intolerável, a substituir-se ao poder judicial (fazendo tábua rasa de todas as decisões / sentenças / acórdãos ainda não transitados, ou que venham a ser proferidos no futuro), através de diploma interpretativo. Pretensão inadmissível num Estado de direito democrático!!!

São de natureza interpretativa as leis que, sobre pontos ou questões em que as regras jurídicas aplicáveis são incertas, ou o seu sentido controvertido, vêm consagrar uma solução que o julgador ou o intérprete poderia alcançar sem ultrapassar os limites normalmente impostos à interpretação e aplicação da lei.

Ora, o sentido e alcance que a pretensa lei interpretativa visa atribuir ao n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, não cumpre nenhum destes pressupostos, pois a solução de direito que tem vindo a ser aplicada pelos Tribunais Administrativos não é controvertida e o sentido que ora se propõe que lhe seja atribuído não obtém acolhimento na exposição de motivos

# PARA QUANDO UMA ESCOLA PARA TODOS/AS?

***A inclusão é um dos grandes desafios que se coloca à Escola Pública do século XXI. A diversidade e a inclusão, mundialmente, tiveram como marco a Declaração de Salamanca (1994). Uma educação inclusiva pressupõe o compromisso de assumir, com clareza, que cada aluno tem as suas particularidades e que estas devem ser consideradas como diversidade e não como problema.***

do diploma originário nem no sistema jurídico, nomeadamente no artigo 22.º, n.º 2, do Estatuto da Aposentação. A solução legislativa proposta é inovadora e, por seu intermédio, visa o legislador regular *ex novo* a matéria, com produção de efeitos para o passado (apenas excluindo do seu âmbito de aplicação a situação dos trabalhadores em funções públicas cujo direito de reinscrição se encontra já reconhecido por decisão judicial transitada em julgado).

Por todos estes motivos, a nossa luta continuará, nos planos jurídico e político, com vista a impedir a aprovação e entrada em vigor desta proposta de lei interpretativa, com o seu conteúdo atual, nomeadamente junto do Governo, do Presidente da República e da Assembleia da República, mas também continuando a interpor junto dos Tribunais Administrativos ações com vista ao reconhecimento do direito de reinscrição dos docentes.

18 de outubro de 2024

**Filipa Pintalhão,**  
Gabinete Jurídico

**Nota:**

A Proposta de Lei n.º 19/XVII.ª (GOV) foi aprovada pela AR em votação final global no dia 25/10/2024, com a seguinte alteração face à proposta inicial apresentada pelo governo: é reconhecido o direito de reinscrição na CGA a quem, comprovadamente, após 1 de janeiro de 2006, tenha estabelecido novo vínculo de emprego público e cuja descontinuidade temporal entre contratos tenha sido de natureza involuntária e não tenha ocorrido atividade remunerada durante o período de interrupção.

A inclusão educacional tem ocupado um significativo espaço de reflexão em todo o mundo. Na *Declaração de Salamanca* é referido que a proposta de educação inclusiva não se limita a alunos e alunas com necessidades educativas. Mas, na verdade, passados 30 anos, as escolas portuguesas continuam sem recursos técnicos necessários para dar a resposta adequada, pelo menos, a alunos portadores de necessidades educativas, pedagogicamente muito exigentes.

Deparamo-nos com regularidade com a chegada às escolas de crianças/jovens com necessidades educativas, nomeadamente aqueles cuja língua materna não é o português. São entregues a docentes que não dominam a língua materna destes alunos, nem têm recursos para poder implementar a diferenciação pedagógica necessária e tão enfatizada no Decreto-Lei n.º 54/2018 para todos os alunos que dela necessitem. É comum vermos nas escolas estes alunos inseridos nas turmas, como se inclusão fosse simplesmente colocar todos os alunos na sala de aula dita normal. Esta pretensão inclusão sem recursos evidencia — e algumas vezes expõe — as fragilidades desta população, levando-a a sentir-se excluída, exatamente o oposto do pretendido.

Até ao momento, não se conseguiu dar resposta à singularidade dos alunos, que continua a desafiar a homogeneidade comodamente existente. A inclusão exige capacidade e recursos para desafiar o conceito estabelecido de currículo comum. As alternativas e compromissos plasmados no Decreto-Lei n.º 54/2018 não se tornaram sustentáveis porque não se conseguiu, até hoje, cumprir a sua função de resistência à escola tradicional, nem se consolidou uma rutura com as suas práticas. Faltam efetivas ações públicas que removam as barreiras existentes, assim como a dotação de recursos que garantam uma escola de qualidade para todos, que só será viável quando for introduzida, no processo educativo, uma



dimensão personalizada e multicultural, com modelos curriculares flexíveis, com acompanhamento e monitorização sistemáticos da eficácia das intervenções realizadas.

Para cada aluno adquirir uma base comum de competências, é necessário implementar medidas/respostas educativas individualizadas, criando condições de equilíbrio entre conhecimento e aplicação prática para formar cidadãos ativos capazes de se integrarem e participarem na sua comunidade. Acreditamos que é possível melhorar a escola que temos revertendo os quadros de fracasso escolar evidentes, desde que, para isso, haja vontade política.

Ao contrário do que comumente se crê, uma escola inclusiva não depende só dos professores e das escolas. Para a sua efetivação, é incontornável a necessidade de articulação entre as políticas educativas para a remoção das barreiras existentes e a dotação de recursos necessários para se dar resposta aos desafios do dia-a-dia. Essa é uma tarefa de todos. Não depende da boa vontade individual, mas de uma conjugação de esforços efetiva, de ações e recursos que garantam o funcionamento de escolas de qualidade para todos e com todos.

OM

## Acordo de revisão do CCT com a CNEF

A Fenprof chegou a acordo com a Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF) para atualização das tabelas salariais e outros pontos do clausulado do contrato coletivo de trabalho (CCT) assinado em 2022, com alterações publicadas no BTE n.º 31, de 22 de agosto de 2024. As tabelas salariais tiveram aumentos, em média, na ordem dos 4,4%. Todas as tabelas tiveram aumentos mais significativos nos níveis de ingresso, com um aumento de 10% em relação às tabelas de 2022.

Da revisão destaca-se ainda a recuperação de 2 anos de tempo de serviço que respeita ao período de caducidade do CCT (entre 12 de maio 2015 e 1 de setembro de 2017) para docentes que, à data da caducidade, eram sindicalizados num dos sindicatos que constituem a Fenprof. Esta recuperação (para docentes integrados desde 2022 nas tabelas A, K ou P) pode ocorrer já a partir de setembro de 2024, ou, em caso de comprovada situação económica difícil do estabelecimento de ensino, pode acontecer de maneira faseada — um ano em setembro de 2024 e um ano em setembro de 2025. No caso dos estabelecimentos de ensino com Contrato de Patrocínio, a recuperação dos dois anos pode ser considerada na totalidade, no máximo, em setembro de 2025.



## A “Fábula” do EAE que deixou de comer

O MECI tinha uma deficiente oferta pública do EAE, então apostou no ensino privado para que ficasse mais barato. Diz-se que tinha mais de 130 escolas privadas para uma dezena de escolas públicas. Desde 2015 os sindicatos haviam aumentado as tabelas salariais no ensino privado, mas o MECI não aumentara o valor do financiamento por aluno. Conta-se até que algumas escolas despediam professores com mais antiguidade e contratavam outros em início de carreira para lhes ficar mais barato. Certo dia, as escolas do EAE não aguentaram a falta de financiamento, e os professores que nelas trabalhavam ficaram sem sustento, ao que o MECI exclamou: “Logo agora que as escolas privadas do EAE já se tinham habituado a não receber o financiamento devido por aluno”. (adaptação da fábula do burro que deixou de comer)

## Financiamento dos Contratos de Patrocínio 2024/2030

No final de setembro, tornaram-se públicos os resultados do financiamento dos Contratos de Patrocínio 2024/2030 para o ensino artístico especializado (EAE), que, desde 2015, permanecem com financiamento alocado ao aluno (2600€/ensino básico, 5440€/ensino secundário). Note-se que o financiamento por aluno é o mesmo, caso o professor tenha 0 ou 30 anos de tempo de serviço. Esta condição tem levado a que algumas escolas optem por renovar o corpo docente de forma leviana — com grande facilidade no EAE, devido ao número de formados que entopem os serviços das universidades para carimbarem diplomas — cavando mais fundo a vala da precariedade em que se encontram estes professores. Assim, reitera-se a urgência em escalar o financiamento, tendo em conta a antiguidade dos professores, para que a distribuição do mesmo seja mais ajustada à realidade das escolas. A Fenprof fez o seu trabalho, tendo contribuído para a melhoria das condições salariais dos professores do EPC, agora é necessário que o MECI faça o seu, garantindo que o setor privado que colmata a deficiente oferta pública tenha o financiamento adequado que garanta o seu funcionamento.

CM

# VALORIZAR CARREIRAS, COMBATER A PRECARIEDADE E DEMOCRATIZAR AS INSTITUIÇÕES

**Independentemente dos governos, as políticas de gestão do ensino superior e a investigação têm-nos encaminhado para modelos gastos de privatização da ciência e autofinanciamento do ensino que nos afasta dos princípios de universalização e democratização do conhecimento.**

Não tendo uma estratégia clara para o setor, o programa eleitoral e a própria definição de ação deste governo apontam para a valorização da inovação como motor de mudança, numa tendência clara de instrumentalização do saber na sua relação com a gestão e a indústria. Não existe nenhuma medida concreta para reverter a situação de subfinanciamento crónico do ensino superior e investigação, cujo impacto direto é o aumento da precariedade entre os docentes e investigadores e a constante depauperação das instituições de ensino superior.

Constatamos um conjunto vasto de ilegalidades institucionalizadas entre as quais se destacam o desrespeito da relação percentual nos contratos, o recurso à contratação de docentes doutorados como assistentes, muitos deles em contratos de duração inferior a 12 meses para assegurar relações de trabalho docente regulares e continuadas. A isto acresce o não cumprimento das obrigações legais, seja o pagamento de subsídio de almoço, a marcação de férias dentro do contrato, ou a compensação por caducidade do mesmo contrato.

Em cinco meses, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação limitou-se a prosseguir com o programa *FCT-Tenure*, iniciado pelo governo anterior, e a dar início à revisão dos Estatutos da Carreira de Investigação Científica (ECIC), não dando qualquer resposta efetiva aos problemas dos investigadores. Este ECIC mantém um conjunto de normas lesivas ou restritivas dos direitos dos traba-

lhadores e não se observa a intenção de criar medidas para a justa integração na carreira dos investigadores com vínculos precários. É por outro lado clara a intenção de tornar esta carreira quase indistinta das carreiras docentes do ensino superior. Como remendo para a falta de professores, resultado das medidas para a desvalorização das suas carreiras, os bolsеiros e investigadores, passam agora a poder lecionar precariamente nos ensinos básico e secundário.

Entendemos que devem ser defendidas regras gerais para estas “carreiras especiais” que contemplem todas as dimensões específicas para as carreiras de docente e de investigação, com a definição de regras claras de entrada na carreira, de progressão, introduzindo no sistema segurança e previsibilidade.

HM

## Urge:

- Dignificar e harmonizar as carreiras docentes
- Integrar os ‘falsos’ docentes convidados
- Pôr fim ao subfinanciamento crónico das instituições de ensino superior e de ciência
- Resolver os problemas criados pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), nomeadamente repondo a gestão democrática das instituições
- Garantir o financiamento consistente para o emprego científico de doutorados
- Integrar nas respetivas carreiras trabalhadores que desempenham funções técnicas, de gestão de ciência ou funções próximas



# REGISTOS DA AÇÃO REIVINDICATIVA

## **Balanço da quinzena de plenários da Fenprof (23/set a 3/out)**

A Fenprof promoveu, entre 23 de setembro e 3 de outubro, plenários de educadores e professores em todos os distritos, à média de dois por dia. Foi uma quinzena que mobilizou milhares de docentes que confirmaram que não adormeceram na almofada da recuperação do tempo de serviço! Foram debatidas matérias que vão desde a aplicação de novos quadros legais, da recuperação do tempo de serviço aos diplomas alegadamente destinados a mitigar a falta de professores nas escolas, bem como foram discutidos aspetos essenciais (exigências e linhas vermelhas) de futuros processos negociais, tais como Estatuto da Carreira Docente, regime de concursos, mobilidade por doença ou regime de gestão das escolas. Foram ainda abordados problemas concretos de grupos de docentes, como os da manutenção na CGA ou a organização dos horários de trabalho, muitos dos quais feridos de ilegalidades. Em todos os plenários foi aprovada, por unanimidade, uma moção, que os Sindicatos que constituem a Fenprof farão chegar ao MECI, bem como aos grupos parlamentares, através da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República.

## **Fenprof comemora Dia Mundial do Professor (5/out) com os olhos postos no ECD e no OE/2025**

Com o lema “Dar voz aos Professores”, celebrou-se em todo o mundo o Dia Mundial do Professor (5/out). A data foi instituída pela OIT e pela Unesco, assinalando a adoção da Recomendação sobre o Estatuto do Professor (1966). Para a Fenprof, este dia foi, também, um dia de (re)afirmação das posições e propostas dos educadores e professores para os processos negociais que se preveem e, ainda, para o período de apresentação, debate e votação do Orçamento do Estado para 2025 (OE/2025). Por isso, cerca de um milhão de docente desfilaram entre o Rossio e o Largo de Camões, em Lisboa.

## **Concurso externo extraordinário**

Este concurso é regulado pelo DL57-A/2024 e visa o preenchimento das 2309 vagas abertas, exclusivamente em QZP, todas nas regiões centro-sul e sul do país, concretamente nos QZP 40 a 63 (com exceção do 43, em que não abriu qualquer vaga), a quase totalidade das quais, nas palavras dos responsáveis do MECI, resultantes da não ocupação de vagas de QA/QE nos concursos interno e externo, a 11 de julho. Embora os trâmites do concurso ainda decorram, com a divulgação das listas definitivas prevista apenas para a 2.ª quinzena de novembro, o mesmo ficou marcado por um fator claramente negativo e potenciador de injustiça. Com efeito, como o MECI recusou a realização simultânea de um concurso interno, o que permitirá a ultrapassagem de candidatos pertencentes aos quadros interessados nas vagas divulgadas por candidatos externos, o que não sucedera nos concursos regulares realizados em 2024.

## **6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação (26/out)**

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof), em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa e com a Associação de Atletismo de Lisboa, levou a efeito a organização da 6.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação, no dia 26 de outubro de 2024. Este evento desportivo contou com um programa abrangente constituído por uma prova de 10 km, de carácter competitivo; uma prova de 5 km, de carácter participativo, na qual se pôde correr ou caminhar; e a corrida Novas Gerações, para os mais novos (dos 7 aos 15 anos de idade).

## **Apoio extraordinário a docentes – Injustiça e discriminação entre professores deslocados**

Este apoio extraordinário é também regulado pelo DL57-A/2024, tendo sido justamente contestado, quer pela escassez dos apoios concedidos, que ficam muito aquém das despesas reais efetuadas, quer, sobretudo, pela discriminação que promove entre docentes, por os mesmos apenas serem atribuídos aos docentes de determinados AE/EnA, identificados como carenciados (Disp. 10971-B/2024), quando, na escola ao lado ou noutra qualquer fora da lista, outros docentes podem estar colocados até a maior distância das suas residências. Este problema levou a Fenprof a promover um plenário online (10/out) e uma concentração junto ao MECI (17/out), ambos muito participados.

## **Questionário sobre a gestão das escolas**

Perante o anúncio de que, no decurso deste ano letivo, o governo irá proceder à alteração do atual regime de autonomia e gestão das escolas, o SPN/Fenprof entende que é da maior relevância que os educadores e os professores tornem claro o que consideram necessário alterar no modelo em vigor. Para isso, lançou um questionário a que os docentes irão, por certo, responder de forma massiva, para que não deixem dúvidas sobre as alterações que defendem, no sentido do aprofundamento da democracia e da melhoria da escola pública e da qualidade da educação (ver [www.spn.pt](http://www.spn.pt))

## **RTS — O incompetente choque de plataformas**

Kafkiano! Os atrasos na regularização da progressão de docentes, ao abrigo da recuperação do tempo de serviço (RTS), ao que parece, devem-se a um incompetente choque entre plataformas. No entanto, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), *imagine-se*, considera que se simplificou e reduziu burocracia. Só por ironia! Nas escolas, a plataforma do IGeFE está a ser um verdadeiro quebra-cabeças, com as secretarias desgastadas com a quantidade de vezes que lançam dados corretamente e, depois, quando consultados, lá voltam a aparecer errados.

## Mobilidade por doença

O MECI reabriu (7/out) a possibilidade de submissão do pedido de MpD, ao abrigo do DL41/2022, apenas para docentes cuja situação de doença tenha ocorrido após 18 de julho de 2024 ou venha ainda a ocorrer ao longo do ano letivo. A este respeito, lembra-se que o SPN/Fenprof é profundamente crítico do regime instituído pelo DL41/2022, uma vez que o mesmo, pelas limitações que impõe, quer em termos de distâncias mínimas, quer quanto à imposição da existência de vaga no grupo de recrutamento do requerente, acaba, muitas vezes, por impossibilitar a proteção na doença que regulamenta. A estas limitações, acrescenta-se agora esta outra de não permitir a rerepresentação do requerimento por docentes que o haviam feito antes, na 1.ª fase do procedimento, quer tenham sido admitidos, mas não colocados, quer tenham sido excluídos do processo, limitação que não compreendemos e que nos parece injustificadamente discriminatória.

## OE/2005 — Longe! Muito longe das recomendações internacionais!

Em fevereiro, na sequência do trabalho de um Painel de Alto Nível para a Educação, constituído no âmbito da ONU, foi recomendado que os estados destinassem um financiamento adequado e previsível da Educação, devendo — de acordo com as recomendações das organizações internacionais do setor (Unesco, Unicef, OIT, OCDE ou IE) — ser na ordem dos 6% do PIB. Ora, no caso português, a proposta de Orçamento do Estado não faz a diferença face ao passado recente, pois a verba prevista não atinge, sequer, metade dos níveis recomendados pela comunidade internacional.

## SPN/DESI — Comunicado aos docentes da UTAD

Face às declarações de Emídio Ferreira dos Santos Gomes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), no INOV-Norte Evento Inaugural, no dia 9 de outubro, o Departamento do Ensino Superior e Investigação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN/DESI) entendeu emitir um comunicado em que, para além de revelar a sua estupefação, considera que tais declarações “ilustram como práticas de incentivo à intriga, perseguição e hipervigilância se têm propagado em muitas instituições do ensino superior”. O DESI repudia “com veemência as declarações e as agora confessas práticas do senhor reitor da UTAD” e

“denuncia publicamente o seu caráter persecutório e instigador de um ambiente de intimidação”. Para o SPN, nas instituições de ensino superior “não há lugar para perseguições, abuso de poder ou qualquer outra forma de limitação da liberdade pessoal e/ou coletiva”. E termina com a certeza de que “os docentes da UTAD podem contar com o compromisso do seu Sindicato com os valores de Abril e a sua acérrima defesa”.

## Horas extraordinárias: ilegalidades nos horários e na remuneração

A existência de ilegalidades nos horários e na remuneração reforçam a importância da adesão dos professores à greve às horas extraordinárias. A Fenprof reitera este apelo, em especial àqueles professores a quem estas foram atribuídas e/ou pagas de forma ilegal, ao arripio do Estatuto da Carreira Docente (ECD), assim como aos restantes abusos que estão a ser cometidos. É que, apesar de o ECD ser bem claro quando afirma que “o cálculo do valor da hora extraordinária tem por base a duração da componente letiva do docente”, a administração educativa insiste em agir ilegalmente, tentando impor o cálculo com base nas 35 horas do horário do docente, reduzindo, assim, substancialmente o valor a pagar. O SPN/Fenprof exige que seja respeitado o ECD, exige do IGeFE a correção da informação que divulgou e reforça o apelo aos professores para que adiram à greve às horas extraordinárias.

## CSEE debateu acolhimento de estudantes refugiados, em Lisboa (8 e 9/out)

A Fenprof, enquanto membro do Comité Sindical Europeu da Educação, acolheu, nos dias 8 e 9 de outubro, em Lisboa, uma das mesas redondas do Projeto «Na Educação e através dela: Sindicatos de Educação apoiam a inclusão de refugiados e migrantes». Esta conferência reuniu uma centena de representantes de organizações sindicais de toda a Europa. A Fenprof comprometeu-se a aprofundar o tema na formação que promove e, por esse motivo, três das ações do próximo ciclo de debates, que se iniciará em janeiro, serão neste âmbito: “Diversidade e inclusão”, “Educação antirracista” e “Educar para a Paz em tempo de guerra”. Na sequência de experiências em curso noutros países, a Federação vai avançar com a criação de um gabinete de apoio a docentes imigrantes e refugiados, no sentido de os ajudar no moroso e complexo processo de reconhecimento de habilitações.

JMC/RR



# EM DEFESA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O 10.º Congresso Mundial da Internacional da Educação (IE), realizado em Buenos Aires (Argentina), entre 29 de julho e 2 de agosto, aprovou 42 resoluções. Uma delas tem como título: *Afirmar e Defender os Direitos dos Povos Indígenas dentro e através do sindicalismo*. Dada a sua pertinência para Portugal, um país com passado colonizador, esta resolução é, aqui, objeto de destaque.

A resolução lembra que a Assembleia-Geral das Nações Unidas proclamou 2022-2032 a Década Internacional das Línguas Indígenas. Fê-lo porque muitas destas línguas estão em vias de extinção e a liberdade linguística é um pré-requisito para a liberdade de pensamento e de expressão, assim como para o cumprimento do direito à educação. Nesse contexto, a resolução afirma que os sindicatos da educação, enquanto voz coletiva organizada da profissão docente, e em conformidade com o seu mandato de justiça social, têm um papel único a desempenhar na promoção dos direitos dos povos indígenas e na resolução dos erros contra eles cometidos em todo o mundo. A este respeito, transcreve-se uma curta intervenção de apoio à resolução, por parte de Dianne Woloschuk, dirigente da Federação Canadense de Professores e membro do Comité Executivo da IE.

MM



Não sou indígena, nem falo em nome dos povos indígenas. Sou membro de uma sociedade de colonos que historicamente beneficiou, e que continua a beneficiar todos os dias, da exploração económica sistémica, sistemática, intencional e abrangente, subjugação, empobrecimento e genocídio dos povos indígenas nas terras agora chamadas Canadá. Juntamente com muitos outros, herdei os privilégios trazidos pelas ações dos países coloniais e neocoloniais na Europa, América do Norte e em outros lugares, que se enriqueceram enormemente durante a era colonial e que agora continuam a enriquecer-se e a enriquecer os seus cidadãos, através da imensa e contínua transferência de riqueza e recursos para os seus países. No passado, as terras dos povos indígenas foram tomadas, as suas economias destruídas, e os seus recursos naturais saqueados. Isso ainda está a acontecer. As suas comunidades foram atacadas, em alguns casos os filhos foram-lhes retirados, e as suas crenças, culturas e línguas foram suprimidas. Essas mesmas realidades continuam enquanto falamos.

Para a IE, é importante reconhecer que os sistemas educacionais foram usados pelos governos da era colonial e pós-colonial e, em alguns casos, continuam a ser usados por eles, como instrumentos para abusar e explorar crianças indígenas e para as despojar das suas identidades indígenas.

Talvez alguns dos delegados presentes tenham ouvido falar nos últimos anos de sepulturas não identificadas descobertas em locais de antigas escolas residenciais no Canadá. Os povos indígenas há muito tempo que conheciam esses locais. Talvez os canadenses não indígenas comecem agora a enfrentar o legado de exploração, doença, violência extrema, morte, racismo e empobrecimento de que tiramos benefício todos os dias. Estamos a aprender, mas ainda há um caminho incrivelmente longo a percorrer, não apenas no meu país, mas em muitos países ao redor do mundo.

**Dianne Woloschuk**

# MANUELA MENDONÇA REELEITA PARA O COMITÉ EXECUTIVO DA IE



**Manuela Mendonça, membro da Direção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e presidente do Conselho Nacional da Fenprof, foi eleita para um novo mandato no Comité Executivo da Internacional da Educação (IE), tendo obtido a melhor votação entre 19 candidaturas. Irá ocupar um dos lugares abertos neste importante organismo e a sua eleição representa o reconhecimento da importância da Fenprof e do trabalho que desenvolve, também, no plano internacional.**

O Comité Executivo da IE, constituído por 27 elementos, é eleito a cada 5 anos e é responsável pela gestão da organização e pelo cumprimento das decisões e compromissos assumidos em cada Congresso, órgão máximo da IE. A eleição aconteceu no 10.º Congresso, que decorreu em Buenos Aires, sob o lema "Fazer crescer os nossos sindicatos, elevar as nossas profissões, defender a democracia". Recorde-se que a IE representa mais de 32 milhões de trabalhadores da educação, unidos em torno de políticas comuns, dos direitos humanos e sindicais. Criada em 1993, tem-se afirmado como a voz do setor da educação, sempre que se discutem as políticas educativas à escala internacional ou regional, seja junto da Unesco, OIT, OCDE, Banco Mundial ou de quaisquer outros organismos mundiais ou regionais.

Na sua declaração de candidatura, Manuela Mendonça sublinhou a importância da cooperação com organizações de todas as regiões do mundo, construindo a solidariedade internacional e reforçando a ação combativa e transformadora da IE. Da atividade desenvolvida no mandato anterior, destacou a proposta que visa o reconhecimento pela Unesco da relação professor/aluno como Património da Humanidade, uma proposta em que a Fenprof tem trabalhado em estreita articulação com a IE. Outra frente de trabalho foi o desenvolvimento do 'Protocolo de Entendimento' entre a IE e a Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), estrutura que reúne 14 organizações sindicais de 8 países e de 4 regiões da IE. Este protocolo permitiu uma integração mais fácil das organizações lusófonas na IE, especialmente as dos 5 países africanos.

Para Manuela Mendonça, dar resposta "aos desafios que enfrentamos e promover uma visão dinâmica da educação que queremos para as gerações futuras" exige uma ação estratégica e coordenada, a nível nacional, regional e mundial. "Juntos na IE, podemos continuar a criar o futuro que os nossos alunos merecem, garantir o vencimento, as condições de trabalho e o respeito a que os trabalhadores da educação têm direito, e afirmar o papel crucial dos sindicatos na construção de sociedades mais igualitárias, democracias mais fortes e um mundo mais pacífico".

RR

# AÇÕES DE FORMAÇÃO CF/SPN 2024 — ÚLTIMO TRIMESTRE



**Exclusivo para sócios do SPN**

Ações acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores



Centro de Formação

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

R. D. Manuel II, 51 C - 3.º 4050-345 Porto  
☎ 226 070 500 ✉ centrodeformacao@spn.pt

TÍTULO DA AÇÃO	DESTINATÁRIOS	DIMENSÃO CIENTÍFICO-PEDAGÓGICA despachos n.º 729/2019 e n.º 2053/2021	FORMADORES	DURAÇÃO	CALENDARIZAÇÃO (Dias/horário)	LOCAL (modalidade)
<b>Trabalhar com o microsoft Excel na educação</b> (2024/25_01)	Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário	<b>Releva</b>	<b>Lucinda Carvalho</b>	25 horas	Dias/horário 23/10, 30/10, 6/11, 13/11, 20/11, 27/11 e 4/12, das 18h às 21h e 11/12, das 18h às 22h	à distância
<b>Pesquisar com a Google</b> (2024/25_02)	Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário	<b>Releva</b>	<b>Paulo Pinhal</b>	13 horas	Dias/horário 12/11, das 18h às 20h, 14/11, 19/11 e 21/11, das 18h às 21h, e 26/11, das 18h às 20h	à distância
<b>Trabalho colaborativo com ferramentas GOOGLE</b> (2024/25_03)	Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial	<b>Releva</b>	<b>Paulo Pinhal</b>	25 horas	Dias/horário 15/10, das 18h às 20h, 17/10, 22/10, 24/10, 29/10, 31/10 e 05/11, das 18h às 21h30 e 7/11, das 18h às 20h	à distância
<b>Uma escola para todos – Ensinar a ler e a escrever com o método das 28 palavras</b> (2024/25_04)	Professores dos Grupos 110, 910, 920 e 930	<b>Releva</b>	<b>Conceição Liquito</b>	30 horas	Dias/horário 28/10, 04/11, 11/11, 18/11 e 25/11, das 17h às 20h	Oficina de Formação Presencial Delegação do SPN de Viana do Castelo
<b>Cidadania e desenvolvimento “Danças do Mundo” na escola multicultural</b> (2024/25_05)	Professores dos Grupos 260 e 620	<b>Releva</b>	<b>Mafalda Rego</b>	25 horas	Dias/horário 26/10, 16/11 e 30/11 das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 16h30, e 7/12, das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30	Presencial Delegação do SPN do Porto
<b>Ensinar, Aprender e Avaliar em um Contexto de Autonomia e Flexibilidade Curricular: Tarefas, recursos, estratégias e métodos para promover aprendizagens ativas</b> (2024/25_06)	Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário	<b>Releva</b>	<b>Louise Lima</b>	25 horas	Dias/horário 25/10, 8/11, 15/11, 22/11, 29/11 e 6/12, das 18h às 21h + horas assíncronas	Presencial
<b>Sem dúvidas a Português</b> (2024/25_07)	Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário	<b>Não Releva</b>	<b>Lúcia Vaz Pedro</b>	25 horas	Dias/horário 18/10 e 25/10, das 18h às 22h, 19/10 e 26/10, das 9h às 13h e das 14h às 18h30	à distância

ÚLTIMO TRIMESTRE

www.spn.pt



Felizardo Bouene (1947-2024)

## JÁ NÃO É ATÉ DEZEMBRO...

**Diz quem privou de perto e desenvolveu uma relação cúmplice, no caso o Abel Macedo, que “o Felizardo Bouene foi um ativista sindical de primeira linha”. Fundador do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), “sempre de uma dedicação plena ao trabalho sindical, ao crescimento das redes de delegados sindicais e ao exercício de uma ligação estreita entre o Sindicato e as escolas”.**

De trato afável, dir-se-á carinhoso, de paciência infinita, de desmedida dedicação às causas, mas de forte convicção e firmeza, o Felizardo pontuou a vida com uma intervenção cívica e associativa, necessariamente política, de forma determinada e decidida, influente em todas as instituições em que participou.

Uma delas, das quais muito se orgulhava, foi a sua participação na fundação e implementação do Sindicato dos Professores do Norte. Sócio n.º 20, participou em todas as atividades do Sindicato, assim como nos diferentes órgãos do SPN, e da Fenprof, sempre com o mesmo empenho e entusiasmo, num processo que o levou a presidente do Conselho Fiscal e de Jurisdição, durante vários mandatos (até 2011).

Foi há 42 anos a fundação do Sindicato (1982). Ano em que, curiosamente, o Felizardo foi baleado em resultado da carga policial ocorrida no Porto, na noite de 30 de abril, no âmbito das comemorações do 1.º de Maio de 1982.

Neste momento de pesar, a Direção do Sindicato dos Professores do Norte endereça às filhas, restante família e amigos a sua solidariedade e sentidos pêsames.

*Nota: o título desta pequena e singela homenagem é roubado de uma publicação da Teresa Veloso e refere-se à despedida do Felizardo, numa visita recente ao seu Sindicato. Estava de regresso a Moçambique, mas prometia voltar...*

AM/RR



Júlia Mesquita (1953-2024)

## E LÁ ÍAMOS NÓS NO FIAT 127 BEJE!

**Educadora de Infância, sócia fundadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), com o número 36, e dirigente sindical durante vários mandatos, Júlia Mesquita, amiga e companheira de sempre, deixa imensas saudades a quem teve o privilégio de com ela partilhar momentos de trabalho e luta, como é o caso da *comadre* Ana Aguiar que aqui lhe deixa uma sentida homenagem.**

“A palavra amiga foi inaugurada em 1974, na Paula Frassinetti, e consolidada na Escola Popular de Educadoras de Infância do Porto, enquanto fazíamos a formação de educadoras de infância. Vivia-se, na altura, um tempo de grandes mudanças, acreditava-se num Portugal com futuro e apostávamos no importante papel que a Educação de Infância poderia desempenhar na afirmação da Escola Pública.

Depois, já como profissionais, sindicalizámo-nos. Obviamente, no único sindicato que existia a Norte. Um sindicato que, no início, muito prometia na defesa dos educadores e dos professores, mas que, aos pouco foi definhando. A Jú, eu e tantos, tantos outros, acreditávamos que um outro Sindicato era possível. Acreditávamos que os docentes mereciam um novo projeto sindical, mais atento, sempre presente e interventivo. Assim nasceu o SPN que, claro, teve a Jú como uma das sócias fundadoras.

Naquele tempo, não tínhamos o espaço físico, nem o património que temos hoje. Mas tínhamos um *acreditar* inabalável. Era preciso ir a Lisboa, ao ministério..., e lá íamos nós, no fiat 127 da Jú, beje, com o depósito atestado pelo Pai Mesquita. Tanta maluqueira e cumplicidade só podia desaguar numa grande amizade. Uma amizade intemporal que resistiu 50 anos, e que irá muito além daquela madrugada de 22 de agosto, em que a Jú partiu, com a certeza de que ficou cá dentro. Até sempre, *comadre!*”

AA/RR

ctt

Taxa Paga  
Portugal  
Contrato 1.19214

Publicações  
Periódicas

Autorizado a circular  
em invólucro fechado  
de plástico ou papel.  
DE00572024ES

Sindicato dos Professores do Norte  
R. D. Manuel II, 51 C – 3.º • 4050-345 Porto

## *nesta edição*

*a abrir*

02 **Podíamos ser nós! Podiam ser os nossos filhos!**

*editorial*

03 **Prosseguir a luta**

*painel*

04 **grande-angular**  
09 **em alta resolução**

*em foco*

05 **Sindicalismo, uma força que conta!**  
06 **Em torno das conclusões do trabalho em grupo**  
08 **Os desafios do sindicalismo**

*das escolas*

10 **Uma escola, Uma flor, aquela flor**  
**Os 50 anos do 25 de Abril no AE Monserrate, em Viana do Castelo**  
11 **Memórias porvir é um tributo à revolução dos cravos**

*ponto de vista*

12 **A autocracia nas escolas**  
13 **Gestão democrática, porque sim!**

*destaque*

14 **Caras e caros sócios do SPN do distrito de Vila Real**  
15 **Lista V – Pelos educadores, professores e investigadores do distrito de Vila Real**

*na mira*

19 **Luta impedirá revisão em baixa do ECD**

*do sindicato*

20 **Ciclo de debates “50 Anos de Abril”**  
21 **SPN, uma força de Abril – 42 anos de Vida | 42 anos de Luta**

*direito aos direitos*

22 **Reinscrição na CGA**  
– avanços e recuos da luta pela conquista de um legítimo direito dos docentes

*ação sindical*

23 **Para quando uma escola para todos(as)**  
24 **Acordo de revisão do CCT com a CNEF**  
**A “Fábula” do EAE que deixou de comer**  
**Financiamento dos Contratos de Patrocínio 2024/2030**  
25 **Valorizar carreiras, combater a precariedade e democratizar as instituições**  
26 **Registos da ação reivindicativa**

*internacional*

28 **Em defesa dos direitos dos povos indígenas**  
29 **Manuela Mendonça reeleita para o comité executivo da IE**

*da formação*

30 **Ações de Formação CF/SPN 2024 – último trimestre**

*in memoriam*

31 **Felizardo Bouene (1947-2024)**  
**Júlia Mesquita (1953-2024)**

spn**informação**

publicação trimestral  
distribuição gratuita aos sócios do sindicato  
dos professores do norte

DIRETORA  
MANUELA MENDONÇA

ano XLII - III série - n.º 86  
ago - set - out 2024  
spninfo@spn.pt